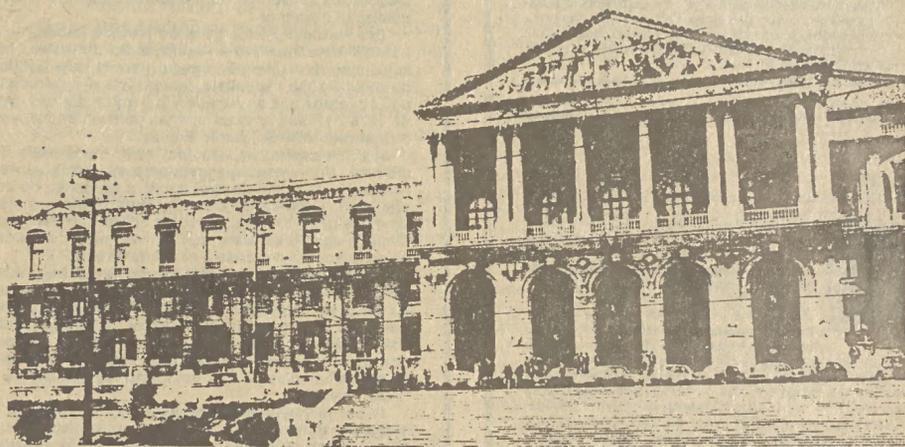


Comício

Hoje, 21 horas
Pavilhão dos Desportos

**A situação política
nacional
e internacional**
- **intervenção
de Álvaro Cunhal**



NOVIDADES DO ORÇAMENTO!

Pagar multa se for aumentado, mentiras sobre isenções dos aumentos na saúde são alguns dos «brindes» da «AD» ao povo português

Pág. 3



**A anexação
dos Montes Golan
é um acto
de agressão
contra a Síria**

A anexação dos Montes Golan por Israel, com o evidente apoio americano apesar das demagógicas declarações e «medidas» de Washington, foi considerada nula pelas Nações Unidas. Em Portugal, a SIP do PCP emitiu uma nota condenando a anexação e o PCP enviou, assinado pelo seu secretário-geral, um telegrama de solidariedade ao presidente sírio, Hafez Al Assad

Pág. 7

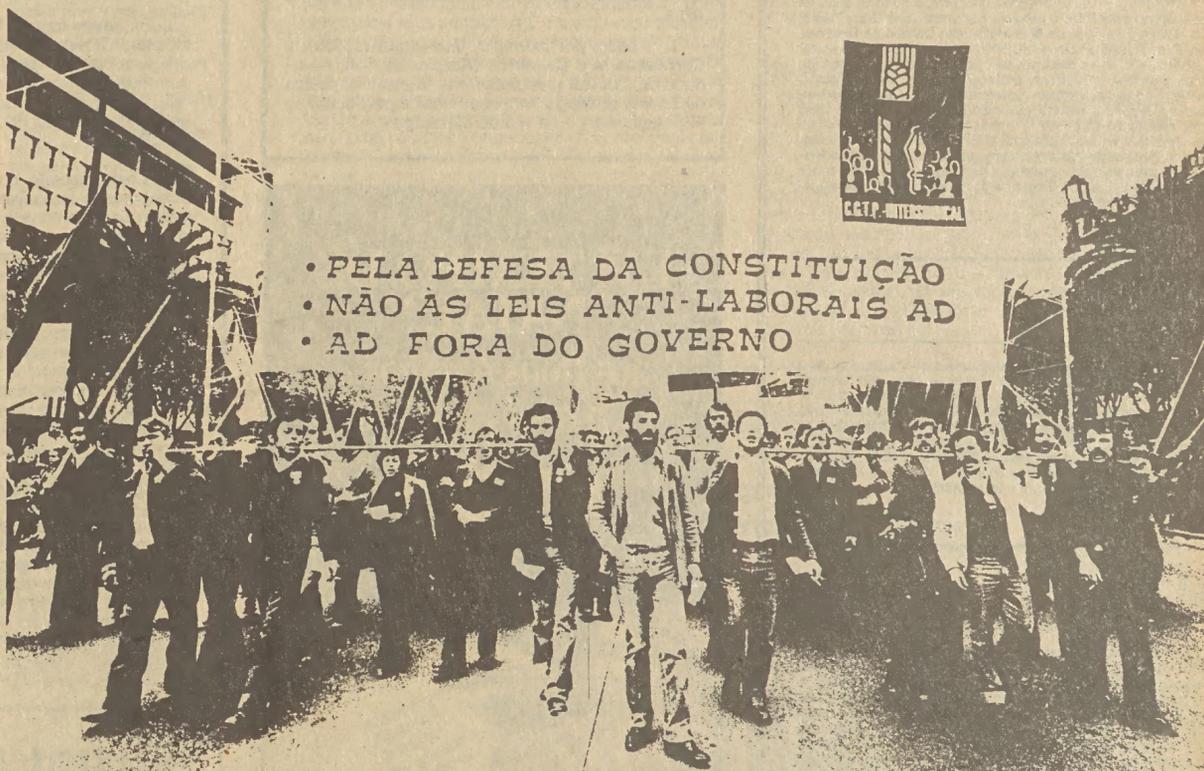
A REGIÃO DO PORTO E O MERCADO COMUM

Com esclarecedoras conclusões acerca dos desastrosos efeitos para a região do Porto da eventual adesão à CEE terminou o seminário promovido pela DORP do PCP

Pág. 4

*Finanças Locais:
com a «AD»
o desastre
para
as autarquias*

Pág. 6



• PELA DEFESA DA CONSTITUIÇÃO
• NÃO ÀS LEIS ANTI-LABORAIS AD
• AD FORA DO GOVERNO

A LUTA CONTINUA!

Manifestações em Leiria e Alpiarça, diversas greves com adesões maciças sublinham a clara determinação dos trabalhadores de prosseguirem a luta até à derrota da política da «AD»

Pág. 8

SEMANA Nacional

16

Quarta-feira

Os embaixadores de doze países africanos em Lisboa — Argélia, Líbia, Marrocos, Egipto, Nigéria, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Zâmbia, Zaire, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique — denunciaram numa declaração conjunta o regime de «apartheid» da África do Sul e as potências que o apoiam na sua agressão à RP de Angola, considerando tal agressão como dirigida contra toda a África. O PCP anuncia para a próxima quarta-feira um comício onde será analisada a actual situação política pelo secretário-geral, camarada Alvaro Cunhal. Em Lisboa — no Rossio e no Largo do Rato — realizam-se manifestações promovidas pela direita «AD» e o PS (a pretexto da situação na Polónia) vociferando anticomunismos para todos os gostos que mobilizarão algumas centenas de pessoas, que se somaram a mais algumas dezenas no Porto (na Praça Humberto Delgado); o fracasso destes ajuntamentos sublinharia curiosamente o isolamento do desgoverno «AD»/Balsemão, bem expresso nas grandiosas manifestações promovidas em todo o país no passado dia 12 pelo movimento sindical unitário exigindo a demissão do Governo reaccionário.

17

Quinta-feira



Promessas...

A Confederação Nacional de Agricultura (CNA) considera (através da televisão e aproveitando um tempo de antena cedido por várias associações agrícolas, permitindo assim uma intervenção mais prolongada — e sempre negada pelos responsáveis da TV) insuficientes e tardias as medidas recentemente anunciadas pelo ministro da Agricultura Basílio Horta, afirmando que as mesmas não passam de promessas de cumprimento de promessas antigas. Uma nota da SIP do PCP revela que o Governo e os Partidos da «AD» ocuparam mais de 42 horas de programação noticiosa da RTP-1 nos últimos 12 meses, enquanto o PS ocupou cerca de 9 horas e o PCP cerca de duas horas em igual período. O Conselho da Revolução decide promover ao posto de marechal do Exército os generais de quatro estrelas, Francisco da Costa Gomes e António Ribeiro de Spínola. Decorre na Assembleia da República o primeiro dia dos debates na especialidade das Grandes Opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado, com a generalidade da oposição apresentando severas críticas; o PCP explicitaria que as propostas governamentais correspondem ao modelo «recuperador» da «AD» em direcção ao passado.

18

Sexta-feira



General Eanes

O PCP desafia a RTP a promover um debate sobre a situação política, económica e social de Portugal com a participação de Alvaro Cunhal, Mário Soares, Pinto Balsemão e Freitas do Amaral; esta proposta surge na sequência duma manobra em jeito de convite desencadeada pelos responsáveis da RTP visando um «debate» televisivo com os principais partidos sobre «a situação na Polónia»; o PCP recordaria ainda que nos últimos doze meses nenhum dirigente comunista teve possibilidade de participar em qualquer entrevista ou debate televisivo sobre problemas nacionais, o que o levou a recusar o «comité polaco» da TV da «AD», manifestamente inserido na campanha de diversão ideológica e política que, a pretexto dos acontecimentos na Polónia, está em curso em Portugal. A Assembleia Popular de Moçambique aprova uma resolução na qual se saudava o presidente Ramalho Eanes «pela forma como soube transmitir o abraço e a mensagem de amizade e paz do povo português», sublinhando que a visita de Eanes à RP de Moçambique «constituiu uma página histórica da vida dos povos moçambicano e português». Segundo estimativas das direcções sindicais, a adesão dos professores da Grande Lisboa e da Zona Sul à greve à avaliação escolar deste primeiro período ultrapassou os 75%; esta luta, que tem a solidariedade dos docentes das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, visa pressionar o ministro da Educação (e Governo) a publicar uma série de diplomas considerados indispensáveis para o normal funcionamento das escolas.

19

Sábado



José Dias Coelho

Em comunicado divulgando as conclusões da sua reunião de 16 e 17 de Dezembro, a CGTP-IN afirma que recorrerá a todas as formas de luta necessárias para que os direitos e interesses dos trabalhadores sejam eficazmente defendidos, o que passa pela derrota da política do Governo e pela criação de condições para uma alternativa democrática. O PCP promove um comício no local onde foi assassinado pela PIDE o militante comunista José Dias Coelho, em Alcântara há 20 anos. O Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) acusa o Governo de semear a miséria, a fome e o desassossego em todo o país, condenando ainda a política habitacional prosseguida pelo actual executivo da «AD» e exigindo pensões de reforma mais justas. A Assembleia da República termina esta madrugada a votação do OGE para 1982 tendo aprovado 17 alterações (duas do PCP, as únicas apresentadas pela oposição). Eletos da Aliança Povo Unido e do Partido Socialista reclamam do Governador Civil de Bragança a demissão da Assembleia da Freguesia de Mirandela e um inquérito à Junta de Freguesia desde Maio último, por alegados boicotes e irregularidades.

20

Domingo

Um choque entre um autocarro e uma carrinha provoca pelo menos 11 mortos e 12 feridos na Ponte do Pego, em Silves, concelho de Oliveira de Azeméis, vindo a maior parte das vítimas passageiros do autocarro que vinha da RFA com emigrantes portugueses. Estruturas representativas dos trabalhadores da Comunicação Social do Porto manifestam o seu protesto e repúdio contra todos os atentados à liberdade de informação, ao direito ao trabalho, a melhores condições de vida e ao regime democrático conquistado com o 25 de Abril.

21

Segunda-feira

O INE revela no Inquérito de Conjuntura ao Comércio que subiu nos últimos meses a percentagem de comerciantes relativamente descontentes com o nível dos seus negócios, contando-se como factores de agravamento no sector o aumento de preços de venda ao público, problemas de tesouraria e uma maior dificuldade na obtenção do crédito bancário. São absolvidas no Tribunal de Sintra as duas trabalhadoras da tinturaria e fição «Cambourne» acusadas de «insultos à autoridade»; uma delas, a delegada sindical Fernanda Fernandes, fora agredida à bofetada pelo comandante do posto da GNR do Cacém.

Efeméride da Semana — A 19 de Dezembro morre em Lisboa com apenas 35 anos e vítima de peste bubónica o médico Luís da Câmara Pestana, que se havia distinguido como bacteriologista, sendo autor de várias obras científicas de relevo.

Editorial

UM DESAFIO QUE É PRECISO VENCER

No momento actual um grande desafio está lançado à capacidade de discernimento e à iniciativa de acção do Povo português.

Os acontecimentos na Polónia e a exploração que deles fazem os inimigos do socialismo constituem um teste de maturidade política para os portugueses.

No contexto da crise geral do sistema capitalista há relações de interdependência internacional inerentes ao próprio sistema mas de país para país as situações diferem, factores de ordem interna condicionam muitas vezes decisivamente a cadeia dos acontecimentos nacionais, imprimem-lhes feição individualizada e própria.

Em Portugal a crise geral do sistema imbrica — e naturalmente agrava-a — numa outra de âmbito mais amplo mas de expressão aguda, gerada pela política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista dos governos que se sucederam à frente do País desde 1976 e levada às suas últimas consequências sob o Governo «AD»/Balsemão/Freitas.

A crise capitalista não tem saída no quadro do sistema. Numa escala ascendente os povos vão-se libertando da tutela de exploração e opressão do capitalismo, a esfera de domínio imperialista retrai-se de maneira irreversível, derrotas sobre derrotas pontilham a agonia do sistema, uma vez mais o imperialismo busca para a crise a saída da guerra.

A administração Reagan lançou-se desesperadamente nesse caminho. O imperialismo norte-americano trilha de maneira insensata a via da preparação intensiva para uma guerra nuclear, a louca corrida aos armamentos galvaniza-se numa raivosa campanha de provocação internacional organizada contra os povos amantes da Paz, em primeiro lugar contra a União Soviética.

Nesta raivosa campanha se insere a complexa e perigosa «questão polaca» e, num outro plano, o expansionismo sionista — ponta-de-lança do imperialismo no Próximo Oriente — e a anexação por Israel dos Montes Golan, parte integrante do território sírio. A ameaça de uma nova guerra de extermínio é real.

Também a crise portuguesa — política, económica e social — não tem saída no quadro político da «AD» e dos seus governos. A solução viável só terá começo arredando do Poder os actuais governantes, pondo em movimento os mecanismos institucionais para a sua demissão imediata, substituindo o Governo «AD»/Balsemão/Freitas por um outro que assegure com isenção e independência uma nova consulta eleitoral ao País e pela qual se restabeleça a verdade representativa do poder legislativo, base da legitimidade do poder executivo.

Os partidos componentes da Aliança reaccionária, os governantes da «AD» com Balsemão e Freitas à cabeça, lutam desesperadamente pela sobrevivência política, agarram-se que nem lapas às cadeiras do Poder contra a vontade manifesta da esmagadora maioria do Povo português, jogam tudo por tudo para assegurar as rédeas do País e levarem a cabo o seu plano subversivo contra a democracia.

Neste desespero de causa a «questão polaca» caiu como sopa no mel no pantano da crise, agravada pela política do Governo «AD»/Balsemão/Freitas.

As medidas de defesa do socialismo tomadas pelo governo polaco ao abrigo da Constituição e das leis são deturpadas e utilizadas como artilharia pesada contra as forças democráticas portuguesas mais consequentes, em particular contra o PCP, contra a unidade de todos os democratas e patriotas fatal à continuação do monopólio político da «AD».

São igualmente uma válvula de escape para a política antipopular, antidemocrática e antinacional do Governo «AD»/Balsemão/Freitas, um motivo para desviar atenções da falência política da Aliança reaccionária na condução dos negócios públicos do País

e dos graves problemas nacionais originados pela administração de ruína da «AD», nos últimos dois anos.

A «questão polaca» tornou-se igualmente um motivo central de diversão e de provocações dos inimigos do socialismo de diversos quadrantes políticos, mesmo democráticos.

Por razões de baixa manobra uns, por simples miopia política outros, certos «democratas» portugueses propensos ao divisionismo deitam mão dos acontecimentos da Polónia para atacarem grosseiramente os comunistas portugueses e tentarem isolar o seu Partido.

O coro anticomunista vai do MIRN e do CDS a certos conhecidos «democratas» que não morrem de amores pelo PCP, alguns mesmo estranhamente empenhados em conluios secretos com a «AD» contra os comunistas portugueses e contra a Constituição da República, e outros que por cegueira política se dispõem a morder o anzol da divisão das forças democráticas atirado pelos pescadores de águas turvas da «AD».

O secretário-geral do PS, Mário Soares, destaca-se pela virulência dos seus ataques contra o PCP, em contraste com as suas falas de conciliação com a direita na guerrilha institucional e pessoal contra o PR e o tom «construtivo» das suas críticas aparentes ao Governo «AD»/Balsemão.

Quem pôde observar directamente ou pela TV os esgares odiosos de Mário Soares contra o PCP sob a cobertura da «solidariedade com o povo polaco» não pode deixar de constatar como o secretário-geral do PS se deixou ir longe nos seus ataques ao PCP e como se deixou atascar no lodo do anticomunismo e da conciliação com a Aliança reaccionária no Poder para atingir objectivos pessoais obscuros.

Nos círculos afectos ao dr. Mário Soares dentro do seu próprio partido e sua direcção as tiradas anticomunistas do secretário-geral do PS soam como um «toque a reunir» contra o PCP, o que naturalmente enche de regozijo os falcões da «AD» no Governo e fora dele.

No órgão oficioso do PS, afecto a Mário Soares, diz-se no editorial do dia 21 de que «a hipocrisia e as contradições do PCP começam já a ter os seus reflexos» e «também aqueles que levando a sua indignação ao rubro cortam as amarras que os têm ligado ao Partido».

O jornal de Mário Soares refere-se evidentemente ao pequeno número de velhos tráfingus e renegados do PCP que dele foram expulsos ou o abandonaram há anos para enveredarem por tortuosas sendas e agora fizeram coro com a direita contra o velho e sempre jovem Partido da classe operária portuguesa.

Poder-se-á aplicar a esta fauna o que um deputado socialista que não afina pela tecla do anticomunismo dizia ao acabar de ouvir o deputado Silva Marques do PSD na AR:

«Não há bichos mais nojentos na contra-revolução do que os renegados da Revolução!».

O reduziço número de assistentes ao «comício» da UGT/CDS/MIRN no Rossio, a «passeata» que saiu do Largo do Rato em torno de um cacharolete de velhos inimigos do PCP e a sala quase melo do cinema Europa para o «comício» do PS de «solidariedade» à Polónia, mostra que o anticomunismo de certos campones do divisionismo encontra cada vez menos eco no seio das forças democráticas.

Não é certamente fortuito o facto do recrudescimento nos últimos dias da guerrilha (ou guerra aberta?) da «AD» contra o PR e o CR e contra os militares patriotas e democratas.

Estranhamente o secretário-geral do PS veio juntar a sua voz aos reaccionários da selta Balsemão/Freitas do Amaral nas investidas contra Ramalho Eanes.

PCP

NÃO à diversão ideológica a pretexto da Polónia

1. Foi ontem (quinta-feira, 17 de Dezembro) recebido no PCP um convite da RTP para que o secretário-geral do PCP participasse no próximo sábado num debate em directo sobre «a situação na Polónia», o qual contaria também com a participação do secretário-geral do PS e dos presidentes do PSD e do CDS.

2. A este respeito, o PCP entende necessário sublinhar que o tema fixado pela RTP para tal debate indica claramente que esta iniciativa se apresenta como uma peça na campanha de diversão ideológica e política que, a pretexto dos acontecimentos na Polónia, está em curso em Portugal, visando, nomeadamente, distrair a opinião pública das gravíssimas consequências da desastrosa política da «AD» e do seu governo; escamotear a amplitude da luta e do descontentamento popular; iludir a urgência da demissão do governo e da concretização de uma alternativa democrática.

Uma vez mais se confirma que a política de informação da RTP está inteiramente colocada ao serviço das manobras, interesses e objectivos da «AD».

Ao fim de um ano inteiro sem que nenhum dirigente do PCP tivesse a possibilidade de participar em qualquer entrevista ou debate sobre problemas nacionais, é, só por si, suficientemente esclarecedor que o convite agora dirigido ao secretário-geral do PCP seja para debater «a situação na Polónia». Passados, salvo erro, cinco anos sobre o último debate promovido pela RTP com a participação dos secretários gerais do PCP e do PS e dos presidentes do PSD e do CDS, é, só por si suficientemente significativo que a RTP para um debate com idêntica

composição venha agora fixar como tema «A situação na Polónia».

Nestas condições, informa-se que, pelas razões expostas, o secretário-geral do PCP recusou o convite da RTP, apresentando entretanto, uma contra-proposta.

3. Com efeito, foi hoje igualmente comunicado à RTP a pronta e total disponibilidade do secretário-geral do PCP para, no próximo sábado ou em qualquer outra data, participar num debate com os já referidos dirigentes do PSD, CDS e PS que tenha como temas centrais a situação política, económica e social em Portugal, os gravíssimos problemas que afligem a vida dos portugueses, as questões mais candentes da vida política nacional, designadamente, o estado calamitoso da economia nacional, o aumento do custo de vida, o crescente desemprego, as violações dos direitos dos trabalhadores, a dramática e inquietante situação nos domínios da habitação, saúde e ensino, a revisão da Constituição, a política externa portuguesa em ligação com a situação internacional.

4. Uma vez que a RTP já anunciou publicamente a sua intenção de organizar o referido debate sobre «a situação na Polónia», espera-se que, independentemente das decisões que venha a tomar, a RTP dê integral conhecimento aos telespectadores da posição assumida pelo PCP e agora tornada pública.

18 de Dezembro de 1981

A Secção de Informação e Propaganda do CC do PCP

Festas de fim-de-ano

Numerosas organizações do Partido estão a organizar festas de fim-de-ano, com programas em que o convívio, a música e a amizade são pontos altos.

É o caso, por exemplo, das organizações da Carrasqueira e Casebres (Alcácer do Sal), na cidade da Guarda (que decorrerá no salão de festas da Escola do Magistério, com música pelo conjunto «Pentagrama») e na vila de Manteigas.

EM TEMPO DE NATAL! aos Bons Amigos... Livros Especiais



edições Avante!

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX, Tel. 765345

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º, 1000 Lisboa Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX, Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 — 2.º — 1000 Lisboa, Tel. 779828/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Sécúlo, 80 — 1200 Lisboa, Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto, Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedreira — 3000 Coimbra Tel. 31286.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora, Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro, Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa, Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 83 A — 1000 Lisboa Tel. 776936/776750, Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto, Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora, Tel. 900044.

Composto e Impresso na Heka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Tiragem média do mês de Novembro: 54 125

Assembleia da República

Alterações ao OGE não bastaram para torná-lo bom

Nem mesmo na especialidade, o debate do OGE conseguiu esconder algumas das contradições de que a "AD" enferma. Bastava olhar para a expressão alterada e indisposta do ministro João Salgueiro quando, ao regressar à sala, ficou a saber que um seu secretário de Estado tinha chamado a si uma proposta de alteração da oposição, aumentando para 160 contos o limite de alteração do imposto profissional. Era logo nos primeiros artigos em discussão, mais precisamente, no artigo 17.º, alínea c). Depois disso, o Governo "AD" seria menos permeável às «sugestões» que a oposição avançou.

Aliás a oposição não seria parca em propostas de alteração aos 64 artigos do Orçamento cuja votação se arrastou até ao fim da madrugada de sábado. Só o Partido Comunista Português, no início do debate na especialidade, contava com 63 propostas de alteração, seguindo-se a ASDI, com 46, o PS com 16, a UEDS com 5. Estes números aumentariam na proporção directa. A "AD", ou para mascarar o seu servil apoio, ou porque verdadeiramente havia artigos que lhe custava votar, apresentou também algumas propostas de alteração que, naturalmente, foram contempladas.

O mesmo se não pode dizer da sorte sofrida pelas propostas vindas dos partidos da oposição — apenas duas foram aprovadas e tanto uma como outra avançadas pelos comunistas.

Uma delas visava «isentar de direitos aduaneiros a importação de instrumentos musicais para utilização exclusiva por bandas e outras associações de promoção da cultura musical; a outra proposta de alteração aprovada, também da autoria do PCP, disse que «o Governo adoptará as providências orçamentais necessárias à execução, no ano de 1982, das

disposições legais aprovadas pela Assembleia da República sobre a garantia do direito dos deficientes ao transporte». Mesmo assim, a "AD" não quis dar aprovação completa, instituindo um limite. Deste modo, um aditamento estipula que o montante a dispender para garantir o direito dos deficientes ao transporte não ultrapassará os 200 mil contos.

Os comunistas tinham proposto que fosse aprovado um reforço das dotações do Ministério dos Assuntos Sociais, reforço que se iria buscar reduzindo o montante previsto para a indemnização de grandes capitalistas.

Propuseram ainda os deputados do PCP o reforço de verbas ao aumento das pensões mínimas de invalidez do regime geral, da pensão social e rurais por invalidez. No domínio dos impostos, foram várias as propostas de alteração dos comunistas, que adiantaram nomeadamente dever-se eliminar as

disposições relativas ao pagamento, em 1982, do imposto profissional pelos trabalhadores da Função Pública. Uma das alterações propostas pelo PCP seria contemplada ainda, embora não figure como alteração da autoria comunista. Foi a que elimina o imposto extraordinário sobre viagens ao estrangeiro.

Entretanto é significativo o facto de o PCP, em muitas das suas propostas, visar substituir a expressão «fica o Governo autorizado a» por «o Governo apresentará à AR uma proposta de lei tendente a», pretendendo assim chamar à discussão pública muitas das disposições orçamentais que dão ao executivo mãos livres para agravar as condições de vida do povo. Mas a "AD" e o Governo não foram nisso. Já tinham sofrido muito, obrigados como foram a explicar como o OGE era bom. E não conseguiram convencer ninguém.

Culpas da «AD» e do Governo e alternativas necessárias

Chovia e não era apenas sobre o país, mas também sobre a "AD", nos últimos dias da semana passada. Com um Orçamento Geral do Estado reprovado pelos trabalhadores e aprovado na Assembleia por 132 votos contra 100, a "AD" não se recompunha do desgaste sofrido. Inventavam Polónias de intriga e de calúnia, desenterravam o machado de guerra contra o Presidente da República, mas nada conseguia esconder o desaire: a "AD" vai de derrota em derrota e, à pressão popular, soma-se a desinteligência que reina no seio dos partidos que compõem a aliança reaccionária.

Nas declarações de voto que aprovaram o OGE e as grandes opções do Plano — durante as quais foi preciso empurrar a deputada Natália para que juntasse a sua voz às ainda assim obedientes vozes da maioria iam espumar à tona do debate que findara as vozes discordantes e arrogantes do CDS e do PSD, chamando cada uma delas a si a liderança do que resta de unidade em torno do vazio "AD".

Rui Pena berrava: "O meu partido, o CDS, está de cabeça levantada. Em nome da democracia, em nome do seu pilar mais forte — a Aliança Democrática". Moura Guedes, bocejando, não aplaudia. Fernando Condoso, saído da penumbra do PSD, afirmava que o seu partido era "o maior partido português", legitimando assim o Orçamento a que dava o seu voto favorável. Ambos os discursos se viravam contra a oposição. Ambos, entretanto, se entreagrediam. E mesmo quando todos se levantaram para aplaudir João Salgueiro, que vinha dar o último retoque no OGE que preparara, não deixou de ser nítido que o faziam para colar uma unidade cheia de fissuras e de alinhavos podres.

Uma "alternativa" que não está à vista

Mário Soares, após grande ausência, subiria à

tribuna a dar o toque final de um Partido Socialista que se tem mostrado dividido, às críticas ao Orçamento. Parecia severo. Mas, depois de relembra as promessas que a "AD" fez durante as campanhas eleitorais e que não cumpriu, subscreveu de certo modo as críticas tecnocráticas que Vítor Constâncio produzira. João Salgueiro não deixaria de lhe lembrar e, de facto, na guerra de punhos de renda que se seguiu o país não poderia ver qualquer alternativa — encarnada pelo PS — que sucedesse ao Orçamento do "salve-se quem puder" que a aliança reaccionária preparou. Poder-se-ia esperar que, depois de o secretário-geral do PS ter concluído haver "subjacentes às grandes linhas do OGE e do Plano uma orientação antipopular, monetarista e ultrarconservadora" e de concluir também que "a 'AD' perdeu a sua justificação histórica, se é que alguma vez a teve", iria Mário Soares propor uma alternativa. Ele disse que havia "alternativas". Disse que, "no momento próprio", o PS não engiltará as suas responsabilidades. Falou de novas eleições. Quando? Não disse. Que até lá, fez questão de afirmar, respeitava a "legitimidade formal" da "AD" para governar. Em matéria de alternativa, pois, o PS tira as suas mãos: enquanto não achar melhor solução que enfrentar sozinho a "AD" é

melhor não a hostilizar demasiado. Por muito que isso pese aos eleitores socialistas e ao povo português em geral.

Continuação da "AD" põe em causa o regime democrático

A "AD" não pode continuar a governar pela simples razão de que isso é fatal para o nosso povo, o nosso país e o regime democrático português. Afirmou, por seu lado, o presidente do Grupo Parlamentar Comunista, camarada Carlos Brito, na intervenção que proferiu, encerrando, por parte do PCP, o debate na generalidade. As críticas e as conclusões que adiantou, eram de substância diferente: O voto de rejeição das propostas governamentais das Grandes Opções e do OGE — disse Carlos Brito — têm para nós o significado muito mais fundo do que a simples rejeição da política económica e financeira que elas comportam. Representa da parte do PCP o compromisso perante o nosso povo de que não pouparemos nem esforços nem oportunidades para provocar a queda e a substituição do Governo da "AD" para bem de Portugal e dos portugueses. O debate sobre as Propostas de Lei das Grandes Opções do Plano e do OGE para 1982 — afirmou logo de início Carlos Brito — comprovou claramente que os últimos dois anos de vida portuguesa dominados pela governação da "AD", constituem um período de grande agravamento de todos os problemas nacionais, de deterioração acelerada da situação económica, social e política do país. Mas a "AD" e o seu Governo fogem com quanta manha e desfaçatez possuem a reconhecer a segunda conclusão decorrente do debate, isto é, que o enorme declínio económico e social verificado nestes últimos dois anos é o resultado directo da própria governação "AD". E o dirigente comunista sublinhou que fazer ressaltar do debate os elementos ilustrativos das culpas dos 3 governos "AD" na situação de caos económico e social não era nem teimosia nem exercício teórico, mas antes representava um acto patriótico de saber retirar da experiência ensinamentos. Operação indispensável — como disse — para que se encontrem com segurança as vias do desenvolvimento e do progresso nacionais. O mais que se pode dizer é que o PS não conseguiu ainda retirar da política da "AD" tais ensinamentos. Saliendo que não se culpa a "AD" e o Governo

pela seca, pela crise do petróleo ou pela política monetária da administração Reagan, Carlos Brito culpou uma e outra pela incapacidade de previsão e por não ter tomado medidas a tempo, por não ter tomado medidas adequadas, por não ter tomado medidas nenhuma para atenuar o impacto destes fenómenos na situação nacional. E disse mais: Culpa-se a AD pela política de destruição e o clima de cruzada contra a Reforma Agrária propiciadores do arbitrio, da ilegalidade e da corrupção de que o Governo não nega a existência mas que até agora não explicou ao país.

Culpa-se a "AD" pela atmosfera de perseguição aos trabalhadores, a continuada degradação dos salários reais, as múltiplas ofensivas contra os seus direitos e garantias, tudo tendo como consequência a desincentivação do seu concurso para se vencer a crise. Culpa-se a "AD" pelos seus ataques às nacionalizações e a sabotagem quase oficial do sector empresarial do Estado, pelo abandono da agricultura a desmentir as prioridades que lhe são conferidas e pela falta de medidas de apoio aos pequenos e médios agricultores incluindo os mais severamente atingidos pela seca, pelas dificuldades de toda a ordem que são criadas ao pequeno comércio e à pequena indústria, pela paralisação dos grandes projectos nacionais. Esta é a política que conduz ao desastre nacional.

Depois de, com alguns exemplos, demonstrar que era possível, mesmo aceitando os números e as contas do Governo, fazer melhor, o dirigente comunista falava sobre a necessidade de uma perspectiva e uma posição de classe opostas à da "AD".

A alternativa à política económica e financeira da AD faz-se com os trabalhadores, com a Reforma Agrária, com as nacionalizações e o desenvolvimento do sector empresarial do Estado, faz-se com um plano de efectivo desenvolvimento agrícola e o apoio aos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, faz-se com a realização dos grandes projectos e a decidida aposta no aumento da produção nacional. (...) Verdaderamente feridos de asa o Governo Balsemão e a AD salem deste debate mais desmascarados, desautorizados, gastos e divididos. A queda do Governo e o afundamento da maioria surgem agora visivelmente como uma questão de curto prazo.

Algumas novidades do OGE da «AD» Pagar multa por ser aumentado mais uma isenção que não existe

O carácter especializado das discussões de um assunto como o Orçamento Geral do Estado presta por vezes um inestimável auxílio ao esforço da direita para ocultar o real significado de medidas que a maioria "AD" aprovou na Assembleia da República contra todo o povo.

Ao mesmo tempo, os órgãos de informação — uns servilmente ao serviço do Governo, outros significativamente entretidos em discutir o acessório ou o insignificante — passam pudicamente de lado episódios e problemas que não só respeitam afinal a toda a gente como também são por vezes só por si completamente esclarecedores da política de que fazem parte.

Encontram-se nesse caso dois aspectos — parciais embora — dessa monstruosidade reaccionária que a maioria "AD" deixou que o Governo tente impor ao povo e ao País.

Trata-se das multas decorrentes do «não cumprimento» do tecto salarial e o «recuo» do Governo no que se refere ao pagamento dos tratamentos em hospitais.

Um «tecto» para nos cair em cima...

Conforme foi amplamente divulgado, o OGE cometido pelo Governo «AD»/Balsemão/Freitas do Amaral estabelece um limite para os aumentos salariais a efectuar em 1982 — o famoso «tecto salarial». A semelhança do que outros governos já tentaram, pretende-se impedir que sejam atribuídos aumentos superiores a uma determinada percentagem — neste caso, 17% — sob o pretexto de «combater a inflação».

O facto de que este tecto salarial (como aliás os anteriores) ser escandalosamente inferior à taxa de inflação prevista pelo próprio Governo e de por isso determinar inevitavelmente uma perda real do poder de compra dos trabalhadores é por demais conhecido.

Mas o tecto salarial produzido por este Governo e trazido à luz do dia pela mão do ministro João Salgueiro comporta duas novidades: por um lado — o que não é particularmente relevante — comporta a possibilidade de duas variáveis de 2%, uma para cima, outra para baixo. Isto é: o tecto salarial em princípio é de 17%, mas pode ser de 15% ou de 19% conforme o patronato achar que, enfim lhe é mais conveniente na base da «situação das empresas» e do «aumento de produtividade».

Mas a grande novidade é um sistema de multas: logo na versão inicial do OGE, o Governo "AD" estabelecia que as empresas que acessem a dar aumentos salariais superiores aos 19% passariam a pagar — uma multa!

Não é necessário ser nenhum especialista em economia política, basta simplesmente saber fazer contas para verificar que esta medida colocava os patrões numa posição que os levaria a endurecer a sua posição negocial face às reivindicações dos trabalhadores: se, com toda a naturalidade, os trabalhadores exigissem aumentos superiores aos tais 19% do tecto salarial (como naturalmente imporia o facto de os seus salários sofrerem a desvalorização de vinte e tantos por cento da inflação), o patrão teria dois motivos para não ceder além dos 19%: por um lado, pura e simplesmente, não pagar mais directamente aos trabalhadores; por outro, o facto de que tal aumento não lhe custaria apenas o que directamente iria pagar aos seus empregados, como ainda uma multa imposta pelo Estado!

Prejudicar o patronato — jamais!...

Mas o Governo «AD»/Balsemão deve ter pensado que a medida não estava inteiramente de acordo com os seus princípios! É claro que se tratava de uma medida que atingiria essencialmente os trabalhadores uma vez que dava uma razão suplementar aos patrões para não cederem a reivindicações de aumentos. Mas este Governo dos patrões verificou certamente uma coisa: quando um patrão explicasse a uma comissão negociadora que não podia aumentar o ordenado além dos 19% porque o Governo lhe imporia que pagasse uma multa mensal por causa disso, a comissão negociadora responderia naturalmente que isso era um problema dele — e além de ser dele era entre ele e o Governo dele...

Aí, à socapa, nos últimos dias da discussão do OGE, o Governo descobriu uma solução. E uma solução que traz estampada uma marca de classe. E vem a ser: a tal multa devida por aumentos que excedam o «tecto salarial» será paga em parte pela

entidade patronal e em parte... pelos próprios trabalhadores! Os trabalhadores pagarão 6,5% sobre a quantia que exceder o aumento de 19% e o patrão 16% sobre o mesmo excedente!

Os «por cento» de repressão

Se efectuarmos as contas sobre a eventual aplicação desta medida, verificar-se-á que, em termos económicos globais, ela não significará previsíveis quantitativos importantes. Aliás é exactamente tendo em conta isto que o Governo cobre esta ameaça sob a capa demagógica de a multa ser paga à Previdência. Tal destino, se por um lado não representa qualquer contribuição de tomo para a Previdência, por outro insinua que as receitas desta podem aumentar e, essencialmente, fornece uma cobertura ao estabelecimento de uma medida contra os trabalhadores a pretexto de que ela acabará a beneficiar as verbas para assistência.

Mas o mais grave ainda não é isto. A verdade é que esta medida se destina a conceder ao patronato mais um argumento e mais uma cobertura para recusar aumentos que excedam o insuficiente «tecto salarial»: pretende-se garantir ao patronato o argumento de que, devido às multas, os aumentos que excedam o tecto salarial afectam os próprios trabalhadores por elas também atingidos.

Desta forma, o Governo Balsemão transformou uma medida que já era indirectamente contra os trabalhadores numa medida inteira e declaradamente contra quem trabalha.

Mais «habilidades» também com a saúde

Mas não se ficaram por aqui as «habilidades» de última hora do executivo «AD» quanto ao OGE. Uma outra ainda merece relevo e relativo ao pagamento da saúde.

Face aos protestos generalizados contra os aumentos dos pagamentos da assistência hospitalar, do preço dos medicamentos, etc — e que surgiram no seio da própria maioria com os problemas internos que foram divulgados — o ministro da Saúde prometeu (sem que no entanto nada ficasse escrito, com força de lei) que as famílias com rendimento anual inferior a 280 contos não pagariam as novas taxas.

A direita embandeirou em arco! Assim sendo, passa a estar tudo certo: os de menos posses, os pobrezinhos, não pagam as novas «taxas moderadoras», quanto aos outros... «modera-se-lhes» a assistência!

Entretanto, a que corresponde a «geherosa» cecidância ministerial? Tenha-se em atenção antes de mais nada que o ministro se referiu como limite ao rendimento anual da família e não individual. Nestas condições, tomos como exemplo a família mais simples (um casal) e admitamos que o rendimento é composto pelo salário mínimo para ambos os cônjuges (10 700\$00 mensais para cada um). Verificaremos assim que essa família com salários mínimos terá um rendimento anual de cerca de 300 contos — donde paga a saúde!

Ora se nem uma família mínima que ganha salários mínimos está abaixo da quantia que o sr. ministro determina como isenção para pagar as «taxas moderadoras», isto quer dizer que todos vão pagar e as afirmações do Governo não passam de uma imoral cortina de fumo, de uma repugnante manobra para lançar areia nos olhos das pessoas.

E tudo isto sem falarmos na injustiça contida na promessa de isenção mesmo que ela pudesse ser aplicada: é evidente que é totalmente diversa a situação de uma família com 5 pessoas e um rendimento de 280 contos por ano ou uma família com o mesmo rendimento, mas apenas com duas pessoas.

Mais ainda a falar

Outros aspectos necessitam ainda de ser abordados quanto ao Orçamento do Governo «AD» e aos seus previsíveis resultados. Torna-se igualmente importante analisar as recusas sistemáticas impostas pela maioria às propostas de alteração apresentadas na Assembleia da República, nomeadamente pelos deputados do PCP. No próximo número voltaremos ao assunto. Contudo, desde já se tornou claro que, no fundo e na forma, o OGE do Governo «AD»/Balsemão/Freitas é o retrato de corpo inteiro da incompetência, da demagogia e do ódio aos trabalhadores que presidem a toda a política de um governo que urge pôr na rua.

Poder local

Santo Ildefonso

Os elementos da "AD" da comissão administrativa da Junta de Freguesia de Santo Ildefonso, no Porto, aprovaram (com a abstenção do PS e os votos contra da APU) um requerimento em que pretendiam adiar as eleições para aquele órgão de poder local, já marcadas para 31 de Janeiro, prazo máximo no quadro da lei. Preparava-se a "AD" para realizar os seus objectivos partidários, apesar da evidente ilegalidade de tal medida.

Só a firme posição da APU, de denúncia e alerta junto da população e junto da Comissão Nacional de Eleições obrigou a "AD" a recuar, conseguindo que fosse respeitada a legalidade democrática. Este acontecimento é mais uma prova de falta de escrúpulos da "AD", capaz das mais baixas manobras e fraudes para satisfazer os seus interesses de grupo.

Entretanto, o CDS e o PSD apresentaram as suas listas em separado, talvez a clarificar as razões por que pretendiam o adiamento. O PS e a UDP entregaram também as suas listas de candidatura.

A APU foi a primeira força a entregar o seu processo e tem já uma sede a funcionar na rua Alfredo Magalhães 110-1.º, em Santo Ildefonso.

Mais mulheres para o Poder Local

Num seminário promovido pelo MDM e subordinado ao tema "A Mulher no Poder Local", foi feito um apelo aos partidos políticos e à opinião pública em geral para a inclusão de um "número significativo de mulheres nas listas para as eleições autárquicas de 1982".

Entre as conclusões do trabalho, em que participaram mulheres eleitas para Assembleias Municipais, Juntas e Assembleias de Freguesia, membros de Conselhos Municipais, Comissões de Moradores e Colectividades dos concelhos do distrito de Lisboa, sugere-se ainda a realização de acções de formação autárquica especialmente dirigidas às mulheres.

Para as compras de última hora

Livraria

do Centro de Trabalho Vitória

Em Lisboa, no n.º 170 da Avenida da Liberdade

Telef. 57 67 78

Aberto à hora de almoço

PCP

Região do Minho

A vida é cada vez mais difícil

• Documento da DORM apresenta factos e números significativos

Está à vista de todos; nem a demagogia da «AD» nem a manipulação vergonhosa dos órgãos de comunicação social conseguem esconder a grave situação política, económica, financeira e social do País, em consequência da política levada a cabo pelos sucessivos governos «AD».

Reconhecem-no todos os que no Minho vêem dia a dia agravar-se e degradar-se as suas condições de vida face ao brutal aumento do custo de vida e em consequência da incapacidade e incompetência do governo «AD» em resolver um só que seja dos graves problemas que atormentam a vida da maioria dos portugueses.

Reconhecem-no os trabalhadores que com os seus salários e vencimentos compram cada vez menos — salienta a Direcção da Organização Regional do Minho (DORM) do PCP num importante documento aprovado na sua reunião plenária do passado dia 8, cujos trabalhos decorreram na cidade de Braga.

Defendo-se em particular nos problemas e dificuldades que, aos vários níveis, assinalam a situação social na região minhota, a DORM, ao sublinhar que «cada dia de Governo «AD», mais difícil se torna a vida para a maioria das pessoas», exemplifica.

«Reconhecem-no os trabalhadores vítimas da repressão, como é o caso dos 27 trabalhadores da TMG (Campeios), dos 28 trabalhadores da Lopes Correia, dos 10 trabalhadores da CEE, com notas de culpa por exercerem o seu justo direito à greve, reconhecem-no ainda, os trabalhadores da TARF, da Riopelle, da GUAL, da Jorge Baptista da Silva, da MONTAGU etc., por se verem constantemente ameaçados de repressão no exercício dos seus direitos e liberdades sindicais.

«Reconhecem-no os pequenos e médios agricultores no empobrecimento generalizado da agricultura pelas más produções agrícolas, pelo aumento dos preços dos adubos, pesticidas, rações, sementes, combustíveis, alfaias agrícolas, etc., ao mesmo tempo que os preços dos produtos agrícolas, gado, leite, batata, etc., continuam com preços de ruína, cortes dos subsídios e restrições de crédito à agricultura.

«Reconhecem-no os pequenos e médios comerciantes e industriais, no aumento das falências, na baixa das vendas, no estrangulamento do crédito, no atrelamento dos bancos bancários, nas restrições fiscais e na subida alarmante de todos os custos».

50 mil desempregados só no distrito de Braga

Acrescenta a Direcção Regional do PCP: «Reconhecem-no os desempregados, só no distrito de Braga estimados em cerca de 50 000, ao verem cada dia mais agravada a possibilidade de conseguirem trabalho e o seu número aumentar pelas falências de numerosas empresas como é o caso da CARIDES, CANEIRO, BRAGATEX, FINJA, FLEXUS, ORNITEX, etc., cujos trabalhadores estão ameaçados de despedimentos colectivos.

«Reconhecem-no os estudantes e os professores ao verem nas suas escolas o início do ano lectivo retardar-se ou a funcionar deficientemente por falta de condições e serviços necessários às aulas, como acontece no Liceu Sá de Miranda, no Ciclo Preparatório de Fafe, na Escola Alberto Sampaio, na Escola de Monserrate, em Viana, no Liceu de V.N. Falmalicão, etc.».

Esperar 180 dias por uma consulta

«Reconhecem-no os trabalhadores da saúde e os que têm de recorrer à assistência médica e medicamentos nos hospitais e postos clínicos, como no hospital e maternidade de Viana, no hospital de Montão, no hospital de Braga, etc., como os que esperam 180 dias por consultas de especialidade, salvo raras excepções, nos serviços públicos do distrito de Braga».

ga», refere a DORM do PCP, que declara ainda: «Reconhecem-no os que procuram habitação e não encontram casas para arrendar, nem rendas acessíveis, nem crédito para a construção, reconhecem-no ainda, os candidatos às casas dos bairros do FFF, como no Freixo, Vieira do Minho, Viana do Castelo, Celorico de Basto que não vêem o dia de lhes serem entregues as casas.

«Reconhecem-no os pensionistas e reformados, 120 000 no distrito de Braga, 65% dos quais recebendo a pensão mínima, enfrentando cada vez mais dificuldades, com o agravamento do custo de vida, reconhecem-no ainda, os deficientes que tão pouco têm recebido da política demagógica que o governo fez do Ano Internacional do Deficiente.

«Reconhecem-no os povos dos baldios que vêm as suas receitas congeladas e impossibilitadas de as aplicar em benefício das suas terras, como é o caso dos baldios de Rio Caldo, Vilar Chão, Rossas, etc., ou então fazendo frente às tentativas de usurpação que lhe são feitas pelas Câmaras e outras organizações estranhas às populações locais, como em Valença, Vila Nova de Cerveira, etc.».

Os cortes financeiros às autarquias

Os comunistas minhotos concluem a primeira parte do seu documento, afirmando: «Reconhecem-no as populações do Vale do Tâmega, quando lhes querem retirar a linha férrea; as populações de Viana quando lhes querem impor a Central a carvão; as populações de Espoende quando lhes querem roubar as dunas.

«Reconhecem-no os eleitos das autarquias locais, Câmaras e Assembleias Municipais, Juntas e Assembleias de Freguesias do Minho ao verem as verbas que lhes cabiam para 1982, pela aplicação da lei das finanças locais diminuídas para o distrito de Braga em 3 176 682 milhares de escudos e para o distrito de Viana em 1 580 993 milhares de escudos, ao mesmo tempo que as Câmaras se empenham em vultosos empréstimos e os planos ficam por cumprir.

«Reconhecem-no as colectividades e associações culturais, pela indefinição do projecto dos Centros Culturais, pela tentativa de manipulação dos Centros Regionais de Cultura, pelo congelamento do apoio às colectividades, pela tentativa de controlo da actividade cultural das associações, colocando-as na dependência das Câmaras como indica o recente despacho do Secretário de Estado da Cultura.

«Reconhecem-no os jovens ao verem aumentar as dificuldades em conseguirem o primeiro emprego, na discriminação de que são vítimas no trabalho, na degradação do ensino e nas dificuldades cada vez maiores dos filhos dos trabalhadores em lhe terem acesso».

Na segunda parte do documento («Do Governo «AD» só há que esperar novos e mais pesados sacrifícios para a maioria dos portugueses»), a DORM desenvolve alguns aspectos comprovativos das consequências da política reaccionária em vários sectores da sociedade e em várias áreas de actividade, nomeadamente:

● ofensiva contra as empresas nacionalizadas e a Reforma Agrária;

● política de ruína de pequenos e médios empresários;

● política de crédito selectivo e bonificado, de isenção e perdão de dívidas aos grandes capitalistas, enquanto os pequenos e médios comerciantes e industriais pagam as taxas cada vez mais elevadas, o crédito cada vez menos lhes cabe, haja em vista o caso elucidativo dos termos em que o Conselho de Gestão do BPA se propõe vender a empresa Sampaio Ferreira aos Mellós. Ao mesmo tempo, a partir de meados de cada mês, os bancos já não têm «plafond» para emprestar dinheiro, enquanto mantêm enormes saldos junto do Banco de Portugal»;

● intensificação da exploração dos trabalhadores e do ataque aos seus direitos e regalias. A política governamental procura impor tectos salariais abaixo da subordinação de cada mês, dá cobertura à repressão patronal, repõe a lei fascista dos despedimentos, projecta um pacote de leis laborais brutalmente atentatório aos direitos dos trabalhadores, ataca o movimento sindical unitário ao mesmo tempo que promove o divisionismo

através da sua central fantoche, a UGT, viola a liberdade contratual e negociadora, ao promulgar portarias de extensão, como é o caso do contrato do sector têxtil»;

● reforço da ofensiva contra as liberdades e os direitos dos cidadãos, manipulando-se «vergonhosamente os órgãos de comunicação social, limita o direito de reunião, como o faz por exemplo o Governador Civil de Viana não concedendo estabelecimentos escolares para actividade política, limita o direito de propagação como o fazem por exemplo as Câmaras «AD» de Ponte de Lima, Valença, Guimarães, coloca em organismos oficiais conhecidos fascistas como é o caso da nomeação para a delegação do FAOJ em Viana de um indivíduo reconhecidamente ligado à rede bombista»;

● prosseguimento dos velhos processos de calúnias, anticomunismo e provocações contra o movimento popular de massas.

Depois de se referir à revisão constitucional (as manobras da «AD», o acordo com o PS/Mário Soares, etc.), denunciando «o plano golpista» em curso, a Direcção Regional do PCP salienta:

«No Minho a luta, a unidade dos trabalhadores, das populações, dos democratas tem tido um papel determinante na defesa dos seus interesses e reivindicações, contra o crescente agravamento das suas condições de vida, apontado desde já, pelo novo Orçamento Geral do Estado para 1982:

«O prosseguimento da luta dos trabalhadores têxteis, dos ajudantes de farmácia, da função pública, dos químicos, etc., por melhores salários, pelo direito à liberdade contratual e de negociação, contra o tecto salarial»;

«O prosseguimento da luta dos trabalhadores da TMG (Campeios), da Lopes Correia, da ZTARF, da Riopelle, etc., contra a regressão e os despedimentos»;

«O prosseguimento da luta dos trabalhadores da SOTUBE, do Correio do Minho, da AMPIMA, da FLEXUS, da ORNITEX, da CARIDES, da CANEIRO, etc., em defesa dos seus postos de trabalho, direitos e regalias»;

«O prosseguimento da luta dos trabalhadores dos Estalei-

ros de Viana do Castelo, da Portucel, em defesa das nacionalizações, contra a má gestão e o desmembramento das respectivas empresas»;

«A mobilização e preparação de formas de luta dos trabalhadores de material eléctrico, da hotelaria, da panificação, em torno dos respectivos CCT»;

«O prosseguimento da luta das populações de Viana, de Caminha, de Valença, de Braga, de Guimarães, Ponte de Lima, de Espoende, etc., por habitação, por transportes, contra a poluição, por assistência médica, por escolas, etc.»;

«O prosseguimento da luta dos pequenos e médios agricultores, dos pequenos e médios comerciantes, dos jovens, das mulheres em defesa dos seus interesses e das suas reivindicações»;

«O desenvolvimento e o aperfeiçoamento do movimento operário e popular no Minho continuará a desempenhar um papel determinante na luta pelos objectivos mais concretos dos trabalhadores e da população em geral, como ainda, quando justamente associado à luta política, ganhará, cada vez mais, amplas massas para a necessidade da demissão do actual governo «AD» e de uma nova política que defenda os interesses dos trabalhadores e o regime democrático.

«A DORM do PCP saúda a luta corajosa que os trabalhadores e a população do Minho por todo o lado desenvolvem contra a política de miséria que o actual governo «AD» lhes quer impor.

«A luta, a unidade dos trabalhadores, dos democratas, do movimento popular, tal como foi capaz em 7 de Dezembro, de impor uma pesada derrota aos planos da reacção, também hoje, apesar dos perigos acrescidos que pesam sobre o regime democrático, têm força suficiente para impor nova derrota à nova tática subversiva da «AD».

«A DORM do PCP confirma mais uma vez a sua disposição de entendimento e acção comum com todas as forças democráticas e democratas independentes do Minho na defesa dos trabalhadores e do povo do Minho contra a política antipopular e antidemocrática da «AD», na defesa do Portugal de Abril».

Assembleia em Pataias

Na freguesia de Pataias, concelho de Alcobaca, realizou-se uma Assembleia de militantes, onde estiveram presentes 50 camaradas.

Esta reunião de trabalho, a qual se seguiu um jantar-convívio, teve o objectivo fundamental de discutir a necessidade do reforço da organização do Partido, a definição das tarefas prioritárias na situação actual e a eleição da Comissão de Freguesia.

Da discussão, saíram como conclusões fundamentais:

● Reforçar a organização do Partido em todos os lugares da freguesia, formando Comissões de Lugar.

● Reforçar o trabalho da célula da Cimpôr, como vanguarda organizada dos trabalhadores da empresa.

● Tendo em conta as reais possibilidades de recrutamento e como condição fundamental

para o reforço do Partido, a Comissão de Freguesia deve fazer proposta de metas.

● Tendo em conta as eleições para as autarquias locais de 82, iniciar desde já em toda a organização do Partido a discussão para a formação de listas e levantamento de problemas locais.

● Formar uma Comissão que agarre nas suas mãos a direcção do trabalho para a construção da casa do Partido.

No final, foi eleita a Comissão de Freguesia e feitas intervenções pela camarada Margarida Silva, membro do Secretariado da DORLEI sobre a situação de fundos do Partido no distrito e a Campanha de Natal e pelo camarada Rodrigo Henriques, membro do Secretariado da DORLEI e membro suplente do CC do PCP, que se referiu às questões da situação política actual.

Festa dos Pioneiros do concelho de Setúbal

Os Pioneiros de Portugal do concelho de Setúbal realizaram no passado domingo, dia 20, a sua tradicional Festa de Natal, este ano com cerca de 2 centenas de pessoas, entre adultos e crianças.

O programa incluiu as seguintes actividades: pintura infantil; ballet pelo grupo da Capriclio; danças pelo Rancho Folclórico de Praias do Sado; palhaços; concurso de canções (houve 10

participantes e todos levaram uma pequena lembrança), em que o júri foi composto por um palhaço, um Pai Natal e uma criança do público; canções para crianças, etc.

Os Pioneiros de Portugal agradecem a colaboração de todos os que ajudaram e em especial à direcção da «Capriclio Setubalense», que cedeu a sala.

Festa da Criança em Seia

Foi um êxito a Festa da Criança, realizada no passado dia 20, em Seia, por iniciativa do núcleo dos Pioneiros de Portugal. Participaram dezenas de crianças, que tiveram oportunidade de participar em jogos e divertimentos bem ao seu agrado. Os adultos também participaram no convívio.

Prossegue no Porto a Campanha de Natal

A campanha de Natal da Organização Regional do Porto prossegue em bom ritmo e continua a ser tarefa principal chegar rapidamente às metas.

A organização de Gondomar é a que está mais perto disso com 55 por cento, seguindo-se o Comité dos Grandes Serviços com 53 por cento, Matosinhos - 51, Vila do Conde - 50, Vila Nova de Gaia - 49, Valongo-48, Metalúrgicos - 40, Sector Camponês - 38, Santo Tirso - 33 e as organizações dos concelhos do interior com 30 por cento. Estas

as dez organizações mais perto da sua meta.

Entretanto, diversas iniciativas e festas estão programadas, no âmbito da campanha de Natal.

A festa de passagem de ano promovida pelo Comité Local do Porto, promete ser uma grande festa. Vai ser no pavilhão do Académico e vão funcionar dois pavilhões em simultâneo: «UHF», Samuel e o grupo «Watt», são as presenças com que se pode contar desde já para animar a festa.

Juventude

Só nos 19 países da OCDE Cerca de 12 milhões de jovens desempregados em 1982

A actual taxa de desemprego nos países capitalistas é a maior desde os anos 30. Em 1982, de acordo com os cálculos dos técnicos da OCDE, haverá nos 19 países dessa organização cerca de 25,5 milhões de desempregados, entre os quais metade serão jovens (mais de 12 milhões).

A linguagem fria dos números pode funcionar como um alerta para a opinião pública, para os responsáveis das organizações internacionais, para os governantes de cada nação do Mundo contemporâneo. Este alerta foi dado recentemente em Lisboa, com a realização do Seminário «A Juventude pelo Direito ao Trabalho», iniciativa integrada na preparação da XI Assembleia da FMJD, Federação Mundial da Juventude Democrática, entidade que juntamente com a JCP organizou aquele Seminário, o qual reuniu cerca de quatro dezenas de participantes em representação de mais de 20 organizações filiadas na FMJD.

O documento com as conclusões do Seminário — iniciativa de grande importância, quer no plano nacional (o problema do desemprego juvenil em Portugal assume aspectos de muita gravidade), quer no plano internacional, nomeadamente pelos números já referidos — alerta para as consequências do desemprego na vida da juventude, sector que o capitalismo internacional quer condenar à marginalização, criando-se na mente de

milhares de jovens um pessimismo angustiante quanto ao futuro.

É explorando aquele estado de espírito que, como diz o documento aprovado no Seminário, o grupo da juventude é em certos casos susceptível à propagação reaccionária extremista. No mesmo sentido, quanto maior é o número de jovens que caem no pessimismo, maiores são os problemas com a droga, a criminalidade, a prostituição e a delinquência.

Depois de analisar as questões da educação e da formação profissional, o documento salienta que os participantes no Seminário foram unânimes na confirmação de que o sistema capitalista e a sua profunda crise da actualidade são os responsáveis directos pelo desemprego, aceite e estimulado pelos políticos e «técnicos» que servem os interesses monopolistas, imperialistas e capitalistas, sendo apontados os exemplos dos governos de Reagan e M. Thatcher.

Os participantes no Seminário debateram vários aspectos li-

gados à prática do sub-emprego, do trabalho infantil e das disposições antidemocráticas utilizadas por certos governos contra os direitos dos trabalhadores e do movimento sindical (o que se passa na Alemanha Federal com o «Berufssverbot» foi considerado um «exemplo extremo» dessas disposições).

Após referir que, para reforçar a sua acção nefasta contra os trabalhadores, os monopolistas organizam instituições de âmbito internacional (caso da

CEE, FMI, Banco Mundial, etc.), o documento sublinha que a luta contra o desemprego e primeiro que tudo contra o desemprego juvenil (tema do Seminário) e pelos direitos sociais da jovem geração, não pode dissociar-se do seu contexto geral da luta pela paz e o desarmamento.

Quanto a este último ponto, o Seminário «A Juventude pelo Direito ao Trabalho» destacou 5 aspectos fundamentais:

1. Condenação firme da política belicista do imperialismo;

O exemplo da Grécia

«O desemprego é talvez o problema mais importante que a Grécia e os outros países candidatos vão enfrentar ao entrar para o Mercado Comum»

(L. Natall, vice-presidente da CEE, numa entrevista à imprensa grega em 30 de Outubro de 1979)

Agora, em 1981, a Grécia tem a taxa mais alta de desemprego no conjunto dos países da CEE. Entre os jovens dos 15 aos 25 anos, a taxa de desemprego chega aos 45 por cento e entre os de idades compreendidas entre os 15 e 29 a taxa alcança os 65 por cento. Sem dúvida uma pesada herança deixada pela direita ao Governo dos socialistas...

• Seminário Internacional «A Juventude pelo Direito ao Trabalho»: conclusões apontam para intensa luta no próximo ano

2. Apoio a todas as iniciativas a favor da paz, da cooperação, do entendimento entre as nações e os povos;

3. Destaque para as lutas da juventude em torno da causa da paz e do desarmamento, registando-se palavras de ordem já ouvidas na Europa, tais como «Emprego sim, bombas não!» ou «Educação sim, mísseis «Cruzeiro» não!».

4. Condenação da falsa teoria segundo a qual a produção militar cria mais postos de trabalho. Estudos científicos já realizados comprovam que a aplicação dos recursos destinados à indústria de equipamento militar aplicados à produção económica do mundo civil cria muitos mais postos de trabalho.

5. Apoio às recentes propostas da URSS a favor da paz e do desanuviamento.

1982 será um intenso ano de combate contra o desemprego juvenil, estando já programadas

algumas iniciativas de vulto: marchas na Europa, Tribunal «A Juventude Acusa os Monopólios», colóquios e sessões, dias de luta, divulgação e intercâmbio de diversos materiais informativos, etc.

Estas e outras acções brevemente debatidas em pormenor pela XI Assembleia da FMJD, que definirá melhor o plano de acção contra o desemprego juvenil.

A FMJD manifestou-se já a favor de um conjunto de reivindicações que apontam de uma forma geral para a defesa através da lei dos direitos da juventude no campo profissional e social, direitos que existem só no papel em certos países e que nem no papel existem em muitos outros (garantia de emprego após a conclusão dos estudos; desenvolvimento de planos para a criação de postos de trabalho; apoio profissional; condições de trabalho justas, etc.).

Apelo dos participantes no Seminário «Queremos paz e não guerra nuclear»

Os participantes no Seminário Internacional «A Juventude pelo Direito ao Trabalho» aprovaram o seguinte Apelo a favor da Paz:

Nós, os participantes do Seminário Internacional que teve lugar em Lisboa de 10 a 12 de Dezembro de 1981 discutindo os problemas do direito ao trabalho da juventude, chegamos à conclusão que a defesa da paz no mundo é a base necessária a qualquer progresso, qualquer solução para os problemas do desemprego entre a juventude para garantir à jovem geração trabalho, direitos sociais e a satisfa-

ção dos seus interesses. A paz está em perigo, cresce a tensão internacional.

A acumulação de armas nucleares é uma enorme ameaça à Humanidade. Esta acumulação é devida à corrida aos armamentos iniciada e impulsionada pelo imperialismo.

A decisão de instalar os novos mísseis americanos de médio alcance na Europa é um exemplo particularmente perigoso.

Esta instalação provocaria uma nova e mais perigosa corrida aos armamentos.

Impedi-lo significa tornar ainda mais larga e forte a nossa luta contra as tentativas do imperialismo, sobretudo o imperialismo americano, para alterar a paridade militar estratégica e impor a sua própria supremacia e dominação sobre outras nações e povos.

Nós, os representantes da juventude de diferentes países opomo-nos firmemente a qualquer tentativa do imperialismo norte-americano de de-

sencadear uma nova corrida aos armamentos, a qual provocaria novos cortes nas despesas sociais e económicas, e conduziria ao aumento do desemprego e limitações à vida da jovem geração.

Apelamos à juventude para participar activamente no crescente movimento de massas contra os perigosos planos para conduzir o mundo para a «guerra nuclear limitada» contra a instalação dos novos mísseis americanos de médio alcance, e a bomba de neutrões, contra a dete-

O silêncio vergonhoso da Comunicação Social

«Sendo o Seminário um local privilegiado de troca de experiências e de informação sobre a situação dos jovens em diversos países do mundo, não compreende a JCP quais as razões que motivaram a falta de cobertura do início dos trabalhos do Seminário Internacional, por parte da grande maioria dos órgãos de Comunicação Social», denunciou em comunicado a Comissão de Imprensa dos Organizadores do Seminário, logo no seu primeiro dia de realização.

Acrescentava a nota: «A JCP — a maior organização da juventude portuguesa — considera que a não cobertura do Seminário é mais uma prova da prática dum política discriminatória em relação à nossa organização, em relação à possibilidade de expressão pública, da análise e propostas de solução democráticas dos problemas da juventude.

«Atitudes de discriminação política como esta deverão ser impensáveis num país onde a informação se proclama de democrática e isenta.

«A JCP considera que a divulgação dos trabalhos do Seminário Internacional, nas perspectivas de unidade e

luta da juventude de todo o mundo, em prol dum dos direitos elementares do homem — o direito ao trabalho, deveria merecer maior atenção por parte dos órgãos de comunicação social e de certo encontraria um vivo interesse por parte do público.

«Neste sentido informamos que os organizadores (FMJD/JCP) do Seminário Internacional — «A Juventude pelo Direito ao Trabalho» promovido no sábado, dia 12 de Dezembro, às 11 h., uma Conferência de Imprensa, na qual se informará das conclusões».

Entretanto, nessa conferência de Imprensa, a grande maioria dos órgãos de Comunicação Social voltou a primar pela ausência. Já mais houve que ainda mandaram os seus fotógrafos, mas nem uma foto seria até hoje publicada.

Enfim, «pluralismo» tipo Proença de Carvalho e outros é assim... O seu «pluralismo» é o das ideias e das acções da reacção e dos provocadores! Nada mais (ou pouco mais) conta para os senhores que ocupam os cargos directivos e de chefia nos órgãos estatizados de Comunicação Social, nos jornais, na Rádio e na TV do Povo português.



PCP

«Portugal e o Mercado Comum»

— que futuro para a região do Porto?»

Ângelo Veloso na sessão de encerramento

A entrada para a CEE é a cobertura para uma política antinacional e antipopular

Terminou na passada sexta-feira o seminário promovido pelo Sector de Actividades Económicas da DORP do PCP, subordinado ao tema «Portugal e o Mer-

cado Comum — que futuro para a região do Porto?».

Durante seis sessões e ao longo de um mês foram estudadas e discutidas, sob uma perspectiva regional, as

consequências de uma eventual adesão do país à CEE e os reflexos nos diversos sectores da actividade económica do distrito.

Na sessão de encerra-

mento, realizada no salão nobre da Faculdade de Engenharia do Porto, falaram os camaradas Viriato Pina Moura, que apresentou as conclusões do trabalho reali-

zado ao longo das sessões, e Ângelo Veloso, da Comissão Política do CC do PCP, cuja intervenção junto referimos parcialmente.

Assembleia de Faro do PCP Debate crítico e auto-crítico inventariou problemas e soluções

Com a presença de duas centenas de delegados e várias dezenas de convidados realizou-se em Faro, no Ginásio da Escola João de Deus, a II Assembleia da Organização do Concelho.

Nos convidados de outras forças políticas encontravam-se para além dos membros do MDP/CDE e personalidades independentes, uma representação do PS de Faro.

Ampla debate foi feito sobre o problema do concelho e as propostas dos comunistas, com base na discussão do relatório apresentado à Assembleia pela Comissão Concelhia cessante. Debate crítico e auto-crítico que permitiu inventariar os grandes problemas que atingem a população do concelho, nos quais se destacou as consequências da seca para a agricultura, os problemas do desenvolvimento económico do concelho, a ofensiva patronal, a degradação das condições de vida da população, as carências habitacionais de saúde e do ensino onde papel destacado foi dado aos entraves que continuam a ser colocados à concretização da Universidade do Algarve.

Papel de relevo foi dado à importância da realização de eleições para os órgãos do Poder Local no próximo ano. Neste sentido foi claramente assumida a necessidade de tudo fazer para desalojar a AD como força maioritária em todos os órgãos do Poder Local do concelho. Desalojar a AD como força maioritária no concelho apre-

sentando-se a APU como real alternativa para gestão democrática desses órgãos foi uma das importantes conclusões apresentadas à Assembleia.

No conjunto de conclusões aprovadas na Assembleia que passaram a constituir o plano de acção política e do trabalho orgânico para o futuro de acção do Partido em Faro, destacamos:

- dar uma grande atenção ao reforço da organização e ao funcionamento do Partido com preocupação fundamental para a criação de novas células; permanente atenção em assegurar uma maior e mais diversificada ligação do Partido ao movimento de massas, bem como recrutando muitos daqueles que tendo vindo a destacar-se na luta podem constituir no Partido um precioso elemento de reforço da sua actividade;
- reforçar o trabalho nas autarquias, destacando para aqui alguns dos melhores quadros do Partido, de maneira a assegurar a melhor preparação possível das próximas eleições onde a APU se deve colocar como única força capaz de assegurar no concelho uma gestão democrática voltada para a resolução dos problemas do povo;
- melhorar a formação ideológica dos quadros, aumentar as vendas do «Avante!» e «O Militante», trabalhando para que um maior número de camaradas paguem as suas cotizações. Estas são, entre outras, conclusões, sobre algumas das direções de trabalho apontadas.

Na Assembleia foi eleita nova Comissão Concelhia composta por 28 camaradas dos quais são:

9 operários, 11 empregados, 3 agricultores, 3 quadros técnicos, 2 vário.

Desse 22 têm entre os 30 a 50 anos; 6 têm mais de 50 anos e 4 são mulheres.

A Assembleia encerrou com uma intervenção de Carlos Luís Figueira, membro do CC e da DORAL, cuja intervenção se debruçou fundamentalmente sobre os problemas orgânicos do Partido e a situação política que se vive no distrito.

José Vitoriano, membro da Comissão Política do CC, fez uma última intervenção abordando a situação política nacional, salientando, nomeadamente que a prática da política da «AD» tem levado ao agravamento da situação económica do País, pela ausência de medidas face ao flagelo da seca que tão graves consequências está a ter para a agricultura algarvia, assistindo-se à degradação do nível de vida dos trabalhadores e da generalidade do povo.

Cutros dos aspectos salientados foi o desmascaramento da campanha anticomunista desenvolvida a partir dos acontecimentos da Polónia, para desviar as atenções da opinião pública dos gravíssimos problemas do País e do Povo.

A concluir, salientou a necessidade de continuar a luta para derrubar este governo sem o qual os problemas não serão resolvidos.

I Assembleia da Organização de Freguesia de Benavente

Alguns documentos centrais (conclusões, relatório da actividade da Comissão Concelhia e relatório da Comissão Organizadora) e várias intervenções sectoriais preencheram os trabalhos da I Assembleia da Organização de Freguesia do PCP de Benavente (distrito de Santarém), realizada no passado dia 13.

Referindo-se à organização do Partido, o documento das conclusões salienta a necessi-

dade de levar a cabo as seguintes tarefas:

- Manter a funcionar com mais regularidade os organismos existentes;
- Formar comissão do Partido para o trabalho sindical;
- Reforçar a actual comissão de fundos com mais quadros;
- Reforçar as comissões de bar e banca;
- Formar comissão de trabalho para a esplanada, ter sempre presente que a organização é a arma mais eficaz que dispomos para o combate à reacção. Por isso devemos ainda alargar mais a organização e a influência do Partido a sectores onde ela ainda não chegou. Particularmente no sector dos pequenos e médios agricultores;
- Recrutar mais 100 novos militantes para o Partido até ao fim do ano de 1982;
- Ter em conta que o recrutamento deve ser devidamente orientado, de modo que cada novo militante recrutado seja um comunista organizado;
- Devemos procurar recrutar jovens e mulheres sem esquecer outros sectores importantes da população, particularmente trabalhadores mais activos e prestigiados junto das populações e dentro das empresas.
- Envidar todos os esforços no sentido de uma melhor coordenação e organização na distribuição da propaganda, quer pelos lugares da Freguesia, quer pelas empresas, a população individualmente. Aumentar a divulgação do «Avante!» e «Militante» com vista ao reforço ideológico dos militantes e trabalhadores como preparação para o combate aos nossos inimigos, que utilizam abusivamente os órgãos da Comunicação Social, para mistificar a opinião pública;
- Realizar mais iniciativas do que as realizadas em 1981;
- Continuar com a discussão nos organismos e com os militantes do Partido, com vista à actualização da cotização de forma progressiva para que no final do ano de 1982 se atinja a média mensal por militante de 50\$000;
- Lutar para aplicação de um controlo mais apertado, em relação às despesas;
- Evitar que se percam ou destruam muitos materiais que acarretam sempre grandes prejuízos para o Partido.

No decorrer dos trabalhos, caracterizados por um ambiente de vivo interesse e empenho militante, foram apresentadas comunicações sobre autarquias, fundos, pequenos e médios comerciantes e industriais comunistas, metalúrgicos, operários agrícolas, mulheres, empregados e ainda intervenções da Juventude Comunista Portuguesa, Comissão Local da Barrosa, organismo do trabalho sindical, trabalhadores comunistas da Câmara Municipal de Benavente e da empresa «A. Matos».

A Comissão de Freguesia passa a ser constituída por 26 camaradas.

A Assembleia, que decorreu no Cine-Teatro da localidade, contou ainda com a intervenção de Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central.

O convívio e a festa com música popular encerraram a importante iniciativa dos comunistas de Benavente.

dicação, para encher os lucros dos grandes capitalistas, nacionais ou estrangeiros.

«Estranho destino o deste PS de Mário Soares. Aliado a liderando toda a direita em 75, responsável pela política da contra-revolução legislativa em 1976/77/78, aliado a toda a direita na central fantoche do divisionismo sindical, aliado objectivo de Soares Carneiro, aliado da «AD» contra autarquias APU, empenhado salva-vidas de todas as crises do governo «AD»/Balsemão, é também agora aliado servil neste plano de revisão golpista da Constituição.

Mas é também agora Mário Soares quem critica o governo «AD» porque afrouxou a sua política de adesão à CEE como «prioridade das prioridades».

De facto, a entrada na CEE tem constituído, em muitos aspectos, uma base política da aliança do PS/Mário Soares com a direita, uma cobertura — também aqui uma cobertura — para os entendimentos e acordos (implícitos ou não) de Mário Soares e do PS com a «AD» e a reacção em mútuos apelos pouco claros sobre a política económica, ontem realizada pelo PS, hoje continuada e agravada pelo «AD».

Mas mais claramente ainda: toda a Comunica-

ção Social nas mãos da «AD», pretendeu que na discussão do OGE, a única alternativa foi apresentada na AR por Vitor Constandio. Não foi a única alternativa mas o importante é termos sérias dúvidas que possamos considerar mesmo que o PS apresentou uma alternativa à política económica da «AD».

Discorda em mais ou menos 0,002 por cento... privilegiava a inflação em vez do desemprego. Mais tantos por cento aqui, menos tantos por cento acolá. Mas no fundo, foi em grande parte a mesma política e a mesma alternativa que ambos apresentaram.

É a «alternativa» que consiste em levar para a frente a recuperação capitalista, latifundista e imperialista, com o pretexto da «entrada na CEE».

É a alternativa que se acoberta com o desenvolvimento acelerado através da entrada no Mercado Comum.

Mais cedo ou mais tarde — talvez mais cedo do que se pensa — o povo e os trabalhadores imporão pela sua luta uma mudança de fundo na situação política nacional. Varrerão o governo «AD», imporão uma política ao serviço do País, do povo e dos trabalhadores. E então se verá que, ao mesmo tempo, varrerão qualquer perspectiva ilusória de adesão à CEE.

Homenagem singela assinala 20.º aniversário da morte de José Dias Coelho

Assinalar a memória de um resistente, «homem que amava a humanidade e era um dos mais talentosos escultores da sua geração», foi o propósito que reuniu no passado sábado, dia 19, centenas de pessoas em frente ao número 30 da antiga Rua da Creche, all em Alcântara, bairro de Lisboa com gloriosas tradições de luta antifascista.

Tratava-se de homenagear José Dias Coelho, militante comunista, prostrado há precisamente 20 anos por balas assassinas disparadas à queima roupa por esbirros da PIDE.

E, naquela rua, hoje justamente com o seu nome, viveu-se uma homenagem singela e comovente. Entre os presentes podiam ver-se muitos velhos lutadores, homens com uma vida inteira dedicada à luta contra a tirania fascista, pela democracia e a liberdade.

Sobre a caixa de uma camioneta encontrava-se uma improvisada «mesa» da qual faziam parte o militante mais idoso da organização de Alcântara do PCP, os irmãos do Dias Coelho, membros da Comissão de Freguesia de Alcântara, dois pioneiros e

Carlos Aboim Inglês, do Comité Central.

Seria aliás este camarada que, após a breve intervenção de um militante da zona e um minuto de silêncio observado por todos os presentes, se dirigiria aos presentes recordando o período que então se vivia em Portugal e a figura de Dias Coelho.

«Era o início de 13 anos de mortandade com a guerra colonial, após 500 anos de colonialismo; era a repressão a aumentar em Portugal, as fugas de Peniche e Caxias. Era a clandestinidade forçada, o tempo em que a PIDE matava para manter o domínio dos exploradores», lembrou Aboim Inglês no início da sua alocução.

Definindo José Dias Coelho como «forte fisicamente» e «moralmente corajoso» o orador referiu que o resistente assassinado muito mais teria a dar se mãos assassinas «não lhe tivessem ceifado a vida». «O mundo belo que ele queria criar está presente nas suas obras. Com as suas gravuras e desenhos ele ajudou também a tornar ainda mais viva a voz do

nosso Partido, o Avante!», acentuou.

«O que ele queria era a liberdade do seu povo» explicou o dirigente comunista para logo interrogar: «se na clandestinidade ele, como os outros, soube resistir e progredir, hoje que somos muitos mais e unidos a muitos mais, não o sabemos fazer contra aqueles que querem de novo liquidar as liberdades?»

Depois de afirmar que o «25 de Abril regrediu mas não estamos no 24» e de que «é tempo de dizermos basta! Está a chegar o tempo de não olharmos mais para trás e olharmos mais para a frente», o camarada Aboim Inglês sublinhou ser tempo de «dizermos não à ruína a que estão a conduzir o país, ao endividamento externo para que nos levam» e manifestou a sua confiança de que «Balsemão II irá ao fundo como o primeiro foi para o galheiro». «O socialismo como diz a própria Constituição é para se fazer pelas mãos dos próprios trabalhadores. A sua grande escola e universidade é a luta», concluiu.

Camaradas falecidos

Maria Miranda Frade

Faleceu no passado dia 13 no Hospital Curry Cabral, em Lisboa, a camarada Maria Francisca Fernandes Miranda Frade, com 43 anos. Natural de Montoito (Redondo), distrito de Évora, a militante comunista era irmã do camarada Dinis Miranda, da Comissão Política do CC. Pertenceu à célula da CIP — Companhia de Indústrias Portuguesas, Carcavelos e militava actualmente na organização local do Partido de Montoito.

Rebolho, engenheiro silvicultor. Muito dedicado ao Partido, o nosso camarada estava ligado à organização de Benfca do PCP.

Emílio da Mata

Com 39 anos faleceu recentemente o camarada Emílio Carapito da Mata, membro do Secretariado da célula dos Móveis Olão.

Idalinda Pereira, membro da Comissão Concelhia de Olhão do PCP. Militante muito dedicada ao Partido, o seu funeral, no qual se incorporaram muitos camaradas e amigos, constituiu uma grande manifestação de pesar.

Expressando o sentir de todo o Partido, o colectivo do «Avante!» dirige aos familiares dos camaradas desaparecidos as mais sentidas condolências.

Alciades Rebolho

Faleceu recentemente o camarada Alciades José Bolota

Idalinda Pereira

Após prolongada doença, faleceu recentemente a camarada.



A CONFERÊNCIA DO PCP SOBRE O PODER LOCAL

editadas as Comunicações finais em 14 volumes



- PODER LOCAL NO PORTUGAL DE ABRIL
- PODER LOCAL SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS
- POLÍTICA DE UNIDADE — INFORMAÇÃO AS POPULAÇÕES
- DESCENTRALIZAÇÃO E RELAÇÕES COM O PODER CENTRAL
- FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS
- ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO
- HABITAÇÃO ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA E POLÍTICA DE SOLOS
- RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO BÁSICO REDE VIÁRIA TRÁNSITO E TRANSPORTES ELECTRIFICAÇÃO
- ECOLOGIA
- EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO, OCUPAÇÃO DE TEMPOS LIVRES, JUVENTUDE
- PATRIMÓNIO CULTURAL
- SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL
- DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO
- AS FREGUESIAS NA ADMINISTRAÇÃO LOCAL PORTUGUESA

AUTÉNTICA ENCICLOPÉDIA SOBRE A ADMINISTRAÇÃO DEMOCRÁTICA DAS AUTARQUIAS

INDISPENSÁVEL AOS ELEITOS AUTÁRQUICOS E A TODA A POPULAÇÃO

edições Avante! Uma grande iniciativa das

Distribuição

Fundo de solidariedade entregue em Montargil

Em 12 de Julho deste ano, a Comissão de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima do Comité Local de Lisboa (CLL) do PCP promoveu uma excursão de solidariedade com os trabalhadores da Reforma Agrária de Montargil. A jornada teve um desfecho trágico: o desaparecimento do pequeno companheiro Jorge Manuel, de 9 anos, filho dos nossos camaradas José Manuel Gonçalves da Silva e Maria Cidália da Conceição Silva.

O Jorge Manuel viria a falecer nas águas da barragem.

A solidariedade do povo de Montargil, dinamizada pela Cooperativa 12 de Maio, proporcionou em poucas horas a recolha dos fundos necessários à transladação do corpo do Jorge Manuel para a sua terra natal, Camarate.

Ao mesmo tempo, em Lisboa desenvolveu-se uma campanha semelhante e com o mesmo objectivo, tendo-se apurado 34 750\$00, quantia que já foi entregue à Cooperativa (decisão da reunião plenária de 26 de Novembro passado da CF de N.S. de Fátima) e que passa a constituir um Fundo de Solidariedade a utilizar de acordo com a vontade dos trabalhadores da 12 de Maio.

A entrega do dinheiro foi realizada numa sessão pública realizada em Montargil no passado dia 5, na Casa do Povo. Além da mencionada verba foram entregues fotocópias dos documentos justificativos das contas que estão na origem do movimento de solidariedade e uma mensagem em que se salienta:

«Esta verba, que os camaradas irão gerir como melhor entenderem e desejarem, é oferecida com o coração, em nome do Partido Comunista Português, pensando no pequeno Jorge Manuel e honrando a sua memória».

Poder local

Finanças Locais

Com a AD o desastre para as autarquias

Surdo aos protestos generalizados que se levantaram de Norte a Sul do País, os deputados da AD acabam de dar cobertura, uma vez mais, à proposta do Governo que defrauda as autarquias e as populações em dezenas de milhões de contos, mais concretamente em 45,4 milhões de contos, no que toca às verbas destinadas predominantemente a investimentos das autarquias. De outras formas ainda a AD irá defraudar os municípios.

Como se sabe, as fontes de receita das autarquias são fundamentalmente três. Em primeiro lugar, a totalidade do produto da cobrança em cada concelho da contribuição predial rústica e urbana, do imposto sobre veículos, do imposto para o serviço

de incêndios e do imposto de turismo (alínea a); em segundo lugar, 18% da cobrança nacional de alguns impostos directos (alínea b); em terceiro lugar, uma participação nas despesas do Estado, inscrita no OGE

como "Fundo de Equilíbrio Financeiro" (alínea c).

Se compararmos as receitas de cada uma destas rubricas desde a entrada em vigor da Lei de Finanças Locais, veremos facilmente que o actual Governo não apenas mantém o incumprimento da Lei de Finanças Locais dos anos anteriores como agrava consideravelmente a situação das autarquias, sobretudo se considerarmos a taxa de inflação.

Mas, para além dos números, de outras formas poderão ainda os Municípios ser defraudados. A título de exemplo, refira-se:

- Os Municípios serão obrigados a financiar o funcionamento das Comissões Regionais de Turismo, órgãos dependentes do Governo e que executam políticas que não são as que as autarquias desejariam;
- Os Municípios poderão ver descontadas as verbas correspondentes a dívidas à EPAL e EDP, muitas vezes contraídas exactamente devido aos sucessivos roubos às autarquias;
- Os Municípios serão privados certamente do acesso ao crédito com juros bonificados, visto que para 1982 não é orça-

mentada qualquer verba para bonificação de juros, enquanto em 1981 foram orçamentados 400 000 contos (recordar-se, porém, que a bonificação de juros é mais uma das imposições da Lei de Finanças Locais que o Governo não vai cumprir).

Um ano de dificuldades

Os cortes de verbas destinadas aos Municípios vão traduzir-se numa acentuada redução da capacidade de investimento das autarquias, isto é, da sua capa-

cidade de realizarem obras em benefício das populações, que melhoram as suas condições de vida materiais e culturais. Assim, por exemplo, se tomarmos em conta uma taxa de inflação de 20% (e o preço das obras públicas cresceu certamente bastante mais), verificamos que os 305 Municípios do País, globalmente considerados, receberão menos 3,8 milhões de contos do que deveriam receber apenas para que o Fundo de Equilíbrio Financeiro fosse em 1982 idêntico ao de 1981. Descontada a taxa de inflação, o distrito de Lisboa receberá em 1982 menos 568 711 contos do que em 1981; o distrito do Porto, menos 318 462 contos; o distrito de Beja, menos 178 762 contos...

Tudo leva a crer, por isso, que 1982 será um ano de dificuldades incombíveis para o Poder Local. Muitas Câmaras não poderão sequer prosseguir obras em curso, quanto mais iniciar obras novas!

Caminhar para o passado

Nestas condições, será necessário um enorme esforço de redefinição de prioridades com a participação popular, de estímulo ao trabalho voluntário, de melhoria da gestão administrativa e financeira, de modo a atenuar os gravíssimos prejuízos que a política financeira do Governo representará para as autarquias.

O princípio constitucional da descentralização administrativa obriga a transferir crescentes meios e recursos para o Poder Local. Assim, a percentagem mínima de participação nas despesas públicas que a Lei de Finanças Locais estabeleceu deveria constituir um ponto de partida mínimo, que conduzisse a uma crescente e harmoniosa transferência de responsabilidades para o Poder Local, acompanhada da transferência dos recursos correspondentes. Em vez de alargar a participação autárquica das despesas gerais do Estado, verifica-se que a percentagem dessa participação tem vindo a diminuir de ano para ano.

Na verdade, como se pode verificar no Quadro II, a política dos sucessivos Governos de direita nas relações com o Poder Local tem constituído um permanente caminhar para o passado.

O "pacote" que nos ameaça

Do mesmo modo que se torna já seguro que os Municípios ficarão privados de realizar muitos dos seus projectos em benefício das populações, desenhados já uma verdadeira e gravíssima ameaça sobre o Poder Local. Trata-se do "pacote" sobre esta matéria que o Governo começou já a apreciar e que se traduzirá num conjunto de diplo-

mas a enviar à Assembleia da República.

Entre outras questões, refira-se como mais importantes a revisão da Lei das Autarquias de modo a restringir o número de membros dos órgãos autárquicos; a destruição da Lei de Finanças Locais, consagrando os sucessivos roubos às autarquias, critérios injustos de distribuição de verbas e a possibilidade de favores e desfavores partidários nessa distribuição; a alteração da Lei Eleitoral, de modo a impedir através da batota que o crescente descontentamento que a política da AD provoca se traduza nas urnas; o reforço dos poderes dos governadores civis, apesar de estes serem uma figura transitória cuja extinção a Constituição prevê; o alargamento do mandato dos órgãos autárquicos, etc.

Trata-se de uma matéria de grande importância e que o "Avante!" abordará logo que for conhecido concretamente o conteúdo dos diplomas que o Governo pretende ver aprovados na Assembleia da República.

Entretanto, e desde já, justifica-se um vigoroso alerta: o Poder Local, conquista de Abril e pedra essencial do regime democrático, está em perigo com o Governo AD. Com a luta, será possível vencer e assegurar a defesa da democraticidade das autarquias e da sua autonomia que a AD pretende atingir gravemente.

Continua o boicote PS/AD à gestão da APU em Loures

Os vereadores do PS e da AD na Câmara Municipal de Loures rejeitaram recentemente o Orçamento e o Plano de Actividades para 1982 daquele município, continuando desta forma o boicote ao trabalho da APU. Como se refere num comunicado à imprensa divulgado a propósito pela Câmara de Loures, os vereadores do PS e da AD inviabilizaram os referidos documentos sem sequer os terem discutido, ou tão pouco terem manifestado qualquer intenção de fazê-lo.

Votando contra - sublinha-se - aqueles vereadores mais não fizeram do que consumir um plano premeditado e visível desde o momento em que, quer uns quer outros não compareceram a qualquer das reuniões convocadas

pelos membros da Câmara para análise e discussão prévia dos dois importantes documentos.

Não deixa de ser curioso assinalar, segundo o comunicado a que nos vimos reportando, que só depois de terem inviabilizado

o Plano e o Orçamento é que o PS e a AD fizeram os seus reparos, sem contudo adiantarem quaisquer críticas ou sugestões minimamente consistentes, antes deixando entrever a má vontade anteriormente demonstrada.

A AD, acusam os eleitos da APU, no intuito visível de liblar o Governo pela não aplicação integral da Lei das Finanças Locais, referiu-se globalmente ao que considerou ser um "empolamento das receitas" e o PS apontou sumariamente insuficiências de verbas nos capítulos da instrução e jardins, decalcando, por outro lado, as palavras de Caldeira da Silva (AD) quan-

to ao "empolamento" das receitas.

O conluio do PS com a AD na Câmara de Loures, que como se sabe provocou a realização de eleições intercalares, contém pois a ser uma constante naquele importante município do distrito de Lisboa, demonstrando claramente o desrespeito que a vontade maioritária da população lhes merece. A rejeição dos documentos fundamentais para a administração do concelho, fundamentada apenas no desejo de obstrução à gestão APU, confirma de resto a tendência logo esboçada após as eleições intercalares que realizeram a vitória da APU, expressa novamente em sucessivas falhas dos eleitos do PS e da AD às reuniões do executivo.

E bem podem os dirigentes do PS negar as alianças locais com a AD, que a prática dos seus eleitos em Loures se encarrega de os desmascarar.

E que dizer da identidade de opiniões PS/AD quanto à não aplicação da Lei de Finanças Locais?

O facto seria de resto salientado pelo camarada Severiano Falcão, presidente do executivo, ao afirmar que "era óbvio que a AD iria argumentar criticamente contra o facto de o Orçamento e o Programa de Actividades terem sido elaborados conforme a

Lei das Finanças Locais, que os sucessivos Governos AD têm desrespeitado. Mas que o PS argumente no mesmo sentido, embora de forma diferente, é caso para perguntar se, aqui na Câmara, o PS discorda das declarações públicas feitas na reunião dos seus autarcas, sobre o não cumprimento da Lei das Finanças Locais".

"A Administração - frisou Severiano Falcão - em defesa dos projectos apresentados pela APU no interesse da população - não podia tomar-se cúmplice das medidas ilegais do Governo, tanto mais que o município foi defraudado em 484 mil contos, em 1980, em 640 mil contos em 1981 e está presentemente ameaçado de ser defraudado em 822 mil contos".

Por mais este boicote à gestão APU a população do concelho de Loures julgará os que não sabem nem querem respeitar a vontade popular livremente expressa nas urnas.

O PS e a AD, disse o camarada Falcão, assumirão perante os trabalhadores da Câmara e dos Serviços Municipalizados, as Juntas de Freguesia, as Associações de Bombeiros Voluntários, as colectividades e perante as populações do concelho, as responsabilidades da continuação dos seus entraves à gestão do Município".

	Alínea a)	Alínea b)	Alínea c) Verba distrib.	Alínea c) com aplicação integral
1979	5,7	8,3	14,0	29,2
1980	6,1	12,1	18,0	42,9
1981	6,8	15,2	19,6	55,7
1982	7,4	20,6	19,7	65,1

Ano	% de participação	a) + b) + c) em milhões de contos
1979	9,9	28,0
1980	9,2	36,2
1981	8,5	41,6
1982	8,0	47,7

Bem se pode dizer, por isso, que - também nesta matéria, a política do Governo é fazer exactamente o contrário do que a Constituição estabelece

A gestão era outra...

A Comissão Administrativa (PS/PSD) que geriu a Câmara de Loures nos dois meses que antecederam as eleições intercalares de 11 de Outubro, gastou só em publicidade a módica quantia de 1234 (mil duzentos e trinta e quatro) contos!!!

Para quem gosta de pormenores diga-se que a média diária foi de vinte contos para publicidade.

Certamente todos se recordam como a equipa PS, presidida por António Mordido,

ajudada por um elemento do PSD - que tivera o cuidado de afastar da gestão a APU, embora sendo a força mais votada - invadiu os jornais com publicidade paga com os dinheiros públicos, numa tentativa demasiado descarada de fazer crer numa operacionalidade de gestão que nunca possuíram.

O desbarato dos dinheiros públicos, num concelho tão carenciado como o de Loures, não é só escandaloso

como também criminoso.

As denúncias então feitas pela APU confirmam-se agora plenamente. Com a agravante de que os responsáveis eleitos pelo PS nem sequer se dignaram estar presentes na sessão da Assembleia Municipal em que deveriam prestar contas da sua gestão.

Compreende-se, face ao que ficou exposto. É que a sua "gestão" era outra... Há quem lhe chame oportunismo.

Nacional

Reportagem nos Açores ①

Entre 1870 e 1981 a população diminuiu 13 por cento

Problema directamente relacionado com a situação económica e social da Região, o despovoamento de algumas ilhas açorianas é, de facto, uma questão complexa que nem os próprios secretários regionais do Governo chefiado por Mota Amaral deixam de abordar com alguma frequência. Ora, reconhecendo-se que o arquipélago dos Açores sofre uma regressão demográfica (e as taxas de natalidade nem são baixas), há que encarar a realidade económica e social da Região, e consequentemente as "falhas" da política seguida nesses sectores...

"há quem considere a emigração como único caminho para obter a miséria e ao baixo nível de vida, apontando para o estabelecimento de um equilíbrio, não comprometedor, mas que permita a utilização da Emigra-

valorização do escudo, resulta numa tendência de diminuição de remessas, em virtude das taxas de juro dos países para onde se emigra serem mais convidativas.

"Foi mais no sentido de obs-

elementos jovens das camadas mais desfavorecidas da população que tentam uma vida melhor no estrangeiro, sendo a agricultura o sector mais atingido pelo despovoamento.

É sem dúvida nos meios rurais (onde se encontram mais de 50% da população) que mais se continuam a fazer sentir as consequências da política de abandono.

Após anos de duras condições de vida, a saída que muitos açorianos encontram para a resolução das suas vidas é a emigração. Foi assim no passado. Continua a sê-lo no presente. Dizia o camarada Manuel Silveira na Assembleia da Organização Regional do PCP, na cidade da Horta:

"Muitas são as formas para conseguir vistos, maior rapidez nos papéis, etc... O agente experientado prontifica-se a tudo, recomenda-se as grossas "gorjetas" aos funcionários do poder local, secretarias, consulados, serviços médicos, etc..."

"O casamento a dinheiro é outra forma a que muitos recorrem para conseguir a sua legalização e permanência nos países para onde emigram."

Do nosso enviado José Paulo Oliveira

ção, como fonte de receitas ao serviço de uns poucos, e isto porque o Poder - que ao longo dos tempos existiu na Região - quer aqui nascendo (caso actual), quer representando a classe dominante a nível nacional - nunca foi exercido a favor do Povo, nunca procurou resolver os principais problemas regionais, porque isso significava promover este mesmo Povo".

Continuando a sua intervenção, o militante comunista salientou:

"Mas mesmo neste ponto de vista - utilização da emigração como fonte de receitas - a situação começa a ser preocupante. Deve-se isto à actual incapacidade governamental que acompanhada duma inflação galopante e consequente des-

tar a esta tendência, é menos no de manter e desenvolver os laços culturais com as nossas Comunidades, que o Governo Regional não olhou a despesas para a concretização do Encontro Internacional de Imprensa ao Serviço das Comunidades de Emigrantes, bastante promovida nos órgãos de Comunicação Social, mas de fraco conteúdo e interesse para os emigrantes - facto reconhecido pelos próprios participantes."

Quem emigra?

Nos vários contactos que estabelecemos no arquipélago (famílias nos meios urbanos e rurais, Juntas de Freguesia, etc.) um dos aspectos mais vincadamente referidos é que são os

O acidente de Silveiras

Emigrar. A saída para milhares de portugueses. A saída em busca de uma vida melhor, para si, para os filhos. Uma saída a pensar no futuro, construído por anos e anos de intenso labor.

Emigrar. A saída para uma luta difícil, repleta de sacrifícios. Uma luta, uma resistência contra injustiças e dificuldades, à espera do regresso definitivo à terra-mãe.

Emigrar. A saída com retorno difícil e por vezes dramaticamente incerto. Como se comprova pelos dois exemplos que em seguida referimos.

Para algumas famílias portuguesas, o Natal já não será de festa, mas de luto e dor.

No passado domingo, de manhã, um autocarro transportando trabalhadores portugueses oriundos da República Federal Alemã (RFA), zona de Gromau, sofreu um brutal acidente, em Silveiras, na Ponte do Pego, sobre o rio Insa, perto de Oliveira de Azeméis.

O acidente viria a resultar a morte de mais de uma dezena de pessoas, além de vários feridos, alguns em estado grave.

O autocarro, conduzido por um motorista de nacionalidade alemã, após choque violento com uma carrinha que seguia em sentido contrário, descontrolou-se, acabando por rebentar o greideamento da ponte. Viria a imobilizar-se cerca de 20 metros abaixo, ficando meio-submerso nas águas frias do rio.

Populares, corporações de bombeiros e elementos da GNR lançaram-se de imediato nas operações de salvamento, tendo as ambulâncias transportado os sinistrados para os hospitais de S. João da Madeira, Oliveira de Azeméis e Porto.

As remessas

"A nível governamental", acrescentaria Manuel Silveira,

As remessas



Só no consulado dos EUA em Ponta Delgada (ilha de S. Miguel) havia recentemente pedidos de emigração de mais de mil famílias

"Cair nas boas graças do boss..."

Ao sair dos Açores para trabalhar no estrangeiro, nomeadamente na América do Norte, o cidadão português tem os seus problemas resolvidos?

Longe disso!

Depois de enfrentar uma teia burocrática que se sabe onde começa mas não se sabe onde acaba, o emigrante, já no estrangeiro, contará apenas com o apoio eventual de familiares ou amigos.

"Eu também lá estive e sei como é...", dizia-nos um trabalhador portuário em S. Miguel. Ao contrário do que alguns ainda julgam, emigrar não é "carregar no botão" e, sem mais, aparecer dinheiro, automóvel, casa própria, etc.

Há em certas pessoas uma tendência para ignorar os sacrifícios dos que emigram. Quando falo com o trabalhador portuário de S. Miguel, recordo-me, por exemplo, dos portugueses que trabalham nos países árabes sem qualquer protecção legal e sujeitos às mais incriáveis condições (horário de trabalho, temperatura, alimentação, assistência "médica"...); recordo-me da azáfama que por ocasião do Natal se desenrola na Estação de Santa Apolónia, em Lisboa; recordo-me das experiências que ligam o nosso País à França, Bélgica, Luxemburgo, Suíça, Holanda e Alemanha, onde ouvi o relato de inúmeros problemas onde o drama se confunde com o espírito de sacrifício e a angústia, mas também com a esperança firme dum regresso.

"Nem tudo são rosas, meu

amigo". A conclusão é esta. Estamos de acordo com o nosso interlocutor do porto de Ponta Delgada, na ilha de S. Miguel.

Dias antes, na cidade da Horta, na ilha do Faial, um trabalhador comunista, intervindo na mencionada Assembleia da Organização do PCP, tinha salientado:

"A nível oficial, nada é feito para acolher e orientar os emigrantes que, no dia a dia, chegam a uma sociedade onde a língua, os usos, os costumes, enfim o modo de vida, são completamente diferentes dos seus."

"Ao longo dos tempos, as nossas gerações de emigrantes, têm passado sofrimentos indescritíveis, lutando pela subsistência (muitas vezes calando a dureza dessa luta para não dar preocupações aos seus), por um mínimo de condições de vida, na luta pela dignificação do trabalho - independentemente da nacionalidade de quem o executa."

Quem pode ignorar a exploração que se abate sobre o trabalhador estrangeiro?

"É sabido que os trabalhos mais penosos são feitos essencialmente pelos emigrantes, em condições muitas vezes sub-humanas, desrespeitando em muitos casos as normas de segurança de trabalho, sendo de todos conhecido os elevados números de saúde arruinada e de doenças profissionais que atingem os nossos emigrantes. Provoçadas pela ganância do lucro máximo, pelos elevados índices de intensidade de trabalho, isto, para além da instigação psicológica reinante, como picar o cartão antes e depois da hora, não protelam para cair nas boas gra-

ças do "boss", etc..., de forma a garantir o posto de trabalho e não cair no pantano do desemprego."

Quem pode ignorar a falta de apoio cultural aos filhos dos emigrantes?

"Nada de sério é feito no sentido de as nossas Comunidades de Emigrantes não perderem os laços culturais com o seu país de origem. É escandalosa a situação com que se deparam milhares de famílias, ao não conseguirem que a seus filhos seja ministrado o ensino da língua portuguesa e um mínimo de conhecimentos sobre a sua terra ou a de seus pais."

E o regresso?

"Por outro lado, aos que desejam regressar, muitas promessas são feitas, - sobretudo se pretendem investir, contribuindo assim para o desenvolvimento da sua terra, - como isenção de direitos alfandegários, créditos, subsídios... no entanto, ao chegarem, encontram uma máquina burocratizada e de compadrio que os desilude."

Soluções? As forças democráticas têm alternativa. Além de uma correcta política de apoio aos emigrantes, há que levar à prática o desenvolvimento harmonioso de todas as ilhas dos Açores, para que os seus filhos não tenham que partir.

Como sublinha um dos documentos da Assembleia do PCP efectuada em Novembro passado, "nós, comunistas dos Açores, tudo faremos para que possa vir a ser possível transformar estas ilhas que nos são queridas num local de profunda vivência democrática, onde se viva com liberdade, com justiça, com paz e segurança".

SEMANA Internacional

16 Quarta-feira

A comissão económica do Governo polaco anuncia as primeiras medidas económicas destinadas a reorganizar os serviços de abastecimento público, concluindo que a maioria das empresas tinham funcionado normalmente e que não havia perturbações no sistema energético do país. Os 10 000 habitantes druso-árabes da região de Golan iniciam uma greve geral de três dias de protesto contra a decisão do governo sionista de Menahem Begin de anexar este território pertencente à República Árabe Síria e ilegalmente ocupado desde a guerra de 1967. Caso se registem progressos nas conversações de Genebra sobre redução de mísseis nucleares, o presidente soviético Leonid Brejnev admite a possibilidade da realização de uma cimeira com o seu homólogo nora-americano Ronald Reagan. O presidente da RDA, Erich Honecker, considera positivo o seu recente encontro como chanceler da RFA, Helmut Schmidt. O presidente do Afeganistão, Babrak Karmal, condecora o presidente soviético Leonid Brejnev com o mais alto galardão do seu país, assinalando o 75.º aniversário do dirigente soviético, o qual declararia na oportunidade que as propostas apresentadas pelo governo de Kabul são uma boa base para resolver a situação criada em torno do Afeganistão.

17 Quinta-feira

Enquanto o governo sírio solicita uma reunião de emergência dos ministros árabes do NIE, as tropas sionistas que ocupam os Montes Golan colocam os seus tanques em posição de fogo em direcção à fronteira da Síria. Na Polónia registam-se sete mortos e dezenas de feridos em incidentes armados nas minas de Wujec provocados por um grupo de indivíduos armados que atacaram as forças policiais; entretanto os apelos para uma greve geral são ignorados no país, nomeadamente na região de Varsóvia onde todas as empresas fabricas, transportes e comércio laboram normalmente. Antecipando o dia previsto para a 6.ª sessão de conversações, encontram-se na missão diplomática da URSS em Genebra as delegações nora-americana e soviética às conversações sobre limitação de armas nucleares na Europa. Encerrando uma crise institucional de três meses, o rei Balduíno da Bélgica empossa o novo governo democrata-cristão-liberal (de direita) chefiado por Wilfried Martens. A Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) que dirige a luta contra a Junta fascista salvadoreña, avverte os EUA de que qualquer agressão por parte deste país contra El Salvador pode ter pesadas consequências. Greve geral dos jornalistas italianos, em solidariedade com os seus camaradas de trabalho do «Corriere de la Sera» ameaçados de despedimento.

18 Sexta-feira

O grupo terrorista «Brigadas Vermelhas» reivindica o rapto de James L. Dozier, general norte-americano chefe adjunto de Estado-Maior para logística e administração na base da NATO em Verona, onde se deu o rapto. A federação da indústria alemã (IFA) anuncia que as declarações de involuntária ou falência de empresas, nomeadamente as de média dimensão, atingiram este ano naquele país o nível mais alto desde a II Guerra Mundial. É anunciado em Dakar que os presidentes do Senegal, Abdou Diouf, e da Gâmbia, «sir» Dawda Jawara, assinaram ontem o tratado criando uma confederação entre os dois países. Don Mintoff, dirigente do Partido Socialista de Malta, é empossado no cargo de primeiro-ministro na sequência da vitória do seu partido nas eleições realizadas no passado sábado. O governo sionista de Israel afirma não acatar a decisão unânime da ONU que, em sessão extraordinária realizada a pedido da Síria, deu a Begin um prazo de duas semanas para revogar a sua pretensão expansionista de anexar os Montes Golan. Uma bomba de grande potência destrói a sede do Partido ZANU-FP do primeiro ministro Robert Mugabe, no Zimbabué, em Salisbúria, provocando cinco mortos e dezenas de feridos.

19 Sábado

Durante uma cerimónia no Kremlin onde estiveram presentes dirigentes dos países socialistas e assinalando o 75.º aniversário do presidente soviético Leonid Brejnev, este sublinharia que todas as aspirações políticas e morais dos dirigentes da URSS têm como fulcro a Paz. O presidente da RP de Angola, José Eduardo dos Santos, parte em visita oficial ao Gabão. A agência oficial albanesa «Tata» confirma oficialmente o suicídio do primeiro-ministro Mehmet Shehu, principal colaborador do dirigente do Partido Albanês Enver Hoxha; o comunicado difundido pela agência estatal acrescentava que o primeiro-ministro albanês se suicidara num momento de depressão nervosa. Explode em Beirute um automóvel armadilhado, matando oito pessoas e ferindo 14. Robert Mugabe, primeiro-ministro do Zimbabué, chega à República Popular de Moçambique para uma visita oficial de cinco dias. As autoridades espanholas anunciam a prisão domiciliária para oito capitães e um sargento e detenções até dois meses para 91 militares, todos implicados no chamado «manifesto dos cem», documento de teor fascista suscitado por militares no terceiro aniversário da nova constituição espanhola.

20 Domingo

O governo sionista de Israel declara «nulo» o chamado «Tratado de Cooperação Estratégica» com os EUA (o qual obrigava a consultas prévias sobre actos de política externa relacionados com os dois países), sendo esta decisão tomada após Washington ter anunciado a suspensão do referido «tratado» em consequência da anexação ilegal dos Montes Golan por Israel. O Departamento de Estado nora-americano anuncia que os EUA responderam de forma positiva a um apelo do presidente Eduardo dos Santos, da RP de Angola, para conversações directas entre os Governos dos dois países. O ex-agente da CIA Philip Agee denuncia que esta organização de espionagem nora-americana está a organizar um programa de penetração nos meios de comunicação social de todo o mundo.

21 Segunda-feira

As autoridades polacas descobrem arsenais de reservas de alimentos e combustíveis clandestinos, que fazem parte dos planos do «Solidariedade» e de organizações ilegais anti-socialistas para a tomada do poder na Polónia; a televisão divulgou documentos nos quais se previa o assassinio de milhares de dirigentes locais do POUF assim como gravações em «video-tape» preparadas por aquelas organizações para depois do golpe de Estado. O governo sionista de Israel começa a concentrar grandes contingentes militares junto da fronteira com o Líbano, prevendo-se uma nova agressão a este país sob pretexto de «assegurar a parte ocidental dos Montes Golan».

Efeméride da Semana – A 17 de Dezembro de 1903 os irmãos Wright realizam o primeiro voo com êxito de um aeroplano com motor, sobrevoando as dunas de Kitty Hawk, na Carolina do Norte, EUA.

Internacional

A anexação dos Montes Golan

Tel-Aviv e Washington – uma mesma política

O governo e o parlamento de Israel aprovaram uma lei de anexação dos Montes Golan sírios, ocupados desde a guerra de 1967. Uma decisão que se insere numa política que é a prática corrente do regime de Tel-Aviv e que, exactamente pelo seu carácter oficial, reflecte um conteúdo terrorista e perigosamente agressivo de tal política e de tal regime.

A envergadura da resposta internacional de repúdio a esta decisão de Israel, em particular no mundo árabe, e também nas Nações Unidas, que aprovou quase unanimemente uma resolução considerando nula a decisão de Tel-Aviv, levou os Estados Unidos a anularem formalmente o «Tratado de Cooperação Estratégica» com Israel, assinado há cerca de três semanas.

Entretanto os factos demonstram que a actual decisão de Israel nada tem de novo – é a política que o governo de Begin tem vindo sempre a prosseguir, com o apoio de Washington, e indistintamente graças a esse apoio; quando tal política assume formas mais ostensivamente agressivas e mundialmente condenadas, Washington ensaia formais posições de demarcação.

Em Junho deste ano nove jactos da força aérea de Israel bombardearam uma central nuclear iraquiana, junto de Bagdad, capital do Iraque. O pretexto: segundo afirmações do governo de Israel, e de mais ninguém, ali estaria a ser construído um reactor nuclear, o que colocaria em perigo a segurança de Israel... Entretanto Israel não nega a possibilidade de possuir armas nucleares. Na altura o presidente nora-americano não considerou, sequer formalmente, esta acção digna de qualquer condenação.

Quando em 30 de Julho o Parlamento israelita decide adoptar a lei fundamental sobre «Jerusalém reunificada, capital eterna de Israel», a Casa Branca afirmou, perante a condenação universal, que iria estudar o caso...

Estas tentativas de demarcação surgem aliás mesmo da parte do próprio governo israelita, quando os factos assumem formas mais ostensivas de terrorismo. Quando do atentado terrorista que vitimou os presidentes das autarquias de Ra-

ma e de Naplouse, na Cisjordânia ocupada, o próprio Begin decidiu «denunciar» os ataques e proceder a uma «investigação».

A verdade é que esta prática política de Israel tem encontrado pela frente uma única resposta de Washington (com todos os cambiantes formais que o momento internacional pode impor) – o mais total e completo apoio. Não por acaso a Organização de Libertação da Palestina (OLP) acentuou, perante a actual decisão de Israel de anexação de território sírio ocupado pelas armas, que ela se seguiu à conclusão do pacto estabelecido entre Israel e os Estados Unidos, agora formalmente suspenso, e oportunamente denunciado pelos Estados Unidos como uma grave ameaça à paz no Médio Oriente e ao mundo, e contestado mesmo por elementos da oposição trabalhista (filia-

do que é a política da social-democracia. Este apoio multiforme da Casa Branca à política de Tel-Aviv é peça importante da política global dos Estados Unidos no Médio Oriente. E ajusta-se perfeitamente às posições que nesta zona Washington assume directamente. Que dizer, por exemplo, das acções ostensivamente provocatórias por parte do governo nora-americano em relação à Líbia? Assim, a somar ao apoio aos trabalhadores nora-americanos que trabalham na Líbia para abandonarem este país, a Casa Branca anunciou a

disposição de utilizar a 6.ª Esquadra, que actua no Mediterrâneo, para «apoiar a saída dos cidadãos nora-americanos»

(que diga-se de passagem se recusaram a sair), falando-se também de outras medidas de pressão em estudo, como o embargo às importações de petróleo líbio, o congelamento dos depósitos líbios nos EUA ou até o corte total de relações com Trípoli.

Tudo isto, claro está, em nome dos interesses dos Estados Unidos «ameaçados». Exactamente o mesmo tipo de argumentação utilizada (quando se avança com alguma argumentação...) por Israel, a justificar os seus actos agressivos. Em reunião de Maio deste ano, dos Partidos comunistas e operários do Médio Oriente, destacou-se no documento final: «A escalada da agressão, longe de surgir fortuitamente, inscreve-se na política global agressiva dos EUA tendente a um agravamento da situação internacional. Esta política tem por objectivo alargar a influência americana na região e impor uma política de capitulação, no prolongamento dos acordos de Camp David, a fim de pilhar as riquezas petrolíferas desta zona do globo, e daí instalar uma rede de bases militares, alimentando planos que põem em perigo a paz no mundo. As ameaças de Israel visam as posições de firmeza adoptadas pela Síria, a resistência palestina, e os movimentos nacionais libaneses, com o objectivo de fazer capitular estas forças e abafar a resistência».

Esta política que continua a ser aplicada no Médio Oriente e de que a decisão do governo e do parlamento israelita é mais uma expressão.

A Secção de Informação e Propaganda do Partido Comunista Português

Nota da SIP do PCP

A decisão do Parlamento israelita de anexar os Montes Golan, território integrante da República Árabe Síria, ocupado por Israel desde 1967, constitui uma grosseira violação do direito internacional, que ameaça seriamente a paz em toda a região.

Sem o apoio do imperialismo nora-americano, os sionistas de Israel não podiam levar a cabo no Médio Oriente a sua política constante de agressão e terror contra os povos árabes, de que ultimamente se destaca o bombardeamento do reactor iraquiano em Bagdad e agora a decisão da anexação dos Montes Golan.

A luz destes acontecimentos, assumem particular gravidade as afirmações proferidas por Pinto Balsemão apontando para que o governo AD venha a conceder mais facilidades militares aos EUA no caso do agravamento do conflito no Médio Oriente. Tal servilismo diante da Administração Reagan, tal desprezo pelos direitos dos povos árabes, põe mais a claro a hipocrisia da campanha de intoxicação da opinião pública sobre os acontecimentos internos na Polónia.

A anexação dos Montes Golan por Israel exige das forças progressistas um firme protesto e condenação. Uma paz justa e global no Médio Oriente passa pela retirada total de Israel dos territórios árabes ocupados em 1967, pelo reconhecimento da OLP como única representante do povo palestino e pela criação de um Estado palestino livre e independente.

16/12/81

Acção terrorista contra o Zimbabué

Seis mortos e mais de 150 feridos foi o primeiro balanço do atentado bombista que na tarde do dia 18 destruiu a sede do partido ZANU-FP, no centro de Salisbúria, capital do Zimbabué. Na última semana, o primeiro-ministro e dirigente do Partido ZANU-FP, tinha já denunciado os planos da África do Sul para organizar atentados contra o Zimbabué numa política global de ataques armados e acções de sabotagem contra países da Linha da Frente, nomeadamente Angola e Moçambique.

Os autores do atentado visavam claramente atingir o maior número de pessoas, espalhando o pânico. O rebentamento deu-se ao princípio da tarde – situando-se a sede do ZANU em plena zona comercial e num edifício em que há um café – num momento em que as ruas estavam cheias de pessoas a fazer compras de Natal.

A acção terrorista, só atribuída a grupos terroristas ligados ao imperialismo e à África do Sul, insere-se na política de desestabilização do continente africano e impõe redobrada solidariedade com os países progressistas da zona.

Solidariedade com Angola

Os responsáveis das missões diplomáticas dos países africanos acreditados em Portugal tomaram uma posição conjunta de condenação do «regime de apartheid» e das «potências que o apoiam na sua agressão contra Angola», exprimindo a sua solidariedade «com o povo

irmão de Angola, na sua luta heroica pela defesa da sua soberania nacional e a sua integridade territorial», tal como ao povo da Namíbia e aos outros países da Linha da Frente.

Uma solidariedade amplamente justificada pelo curso que a agressão à Angola está a seguir. Segundo afirmou o embaixador angolano no nosso país a situação caracteriza-se «não só pela ocupação da margem esquerda do rio Kunene, em poder do exército sul-africano desde Agosto, mas também pela ocupação de há uma semana da cidade de Onjiva e das vilas de Xangongo, Mongua, Xiede e Santa Clara».

Na recente reunião afro-árabe realizada em Luanda, destacou-se a importância da coordenação de acções e da mútua solidariedade entre os povos do continente africano e do Médio-Oriente. Contra um inimigo comum, que usa métodos comuns e até argumentos comuns para lhes dar cobertura.

Quando do assassinato em Bruxelas, ainda este ano, do representante da OLP nesta cidade, a Organização de Libertação da Palestina afirmou em comunicado oficial: «Quando o homem, a mulher e a criança mortos são palestinianos e os pistoleiros ou pilotos ou soldados de artilharia são israelitas, o terrorismo não toma o nome de terrorismo, sendo antes classificado de legítima defesa ou qualquer outra cobertura hipócrita».

Uma afirmação que é igualmente verdadeira para o continente africano. São os mesmos os fomentadores do terrorismo. São os povos do continente as suas vítimas.

Soterrar mineiros, dinamitar as fábricas

A contra-revolução na Polónia mostra a sua verdadeira cara

Um grupo terrorista, integrando elementos do «Solidariedade» e de organizações anti-socialistas, provocou uma explosão numa entrada da mina de Ziemowit na província de Katowice, na Polónia, deixando encerrados no seu interior cerca de 1300 mineiros. A segunda entrada da mina foi igualmente dinamitada e os criminosos ameaçam fazê-la explodir se forças de segurança forem enviadas para a zona. Tentativa semelhante ocorreu numa fábrica de aviões em Swidnikiesz, tendo sido presos os instigadores.

Os acontecimentos da mina de Ziemowit são particularmente esclarecedores. A eventual explosão da segunda entrada da mina significaria, simultaneamente, o assassinato a frio de 1300 trabalhadores e a destruição de uma estrutura económica. Os autores desta acção de sabotagem são os mesmos que têm vindo a proclamar sistematicamente o seu empenho na defesa dos interesses dos trabalhadores contra um regime em que os trabalhadores – apesar dos erros cometidos, apesar dos desvios na construção do socialismo – estão no poder. Os mesmos que hoje se pretendem apresentar universalmente como vítimas, dando dessa forma a desejada e necessária cobertura a acções do imperialismo contra a sua pátria – acções nomeadamente de boicote económico, que não podem deixar de atingir uma economia profundamente debilitada com o seu decisivo contributo.

Desde o início da sua acção organizada, a contra-revolução na Polónia tem vindo a desenvolver uma acção de sistemática destruição da economia, atingindo dessa forma, e nomeadamente através do açambarcamento e do mercado negro, os interesses vitais do país e do povo polaco.

A utilização da violência – ainda que não contra a massa de trabalhadores, num período em que obter de qualquer forma o seu apoio lhe era essencial – não constitui também traço novo

na acção das organizações e elementos anti-socialistas, nomeadamente do «Solidariedade». A perseguição contra os comunistas e contra os quadros que cumpriam a política do Partido, nomeadamente militares, estava a tornar-se uma prática quotidiana, passando da ameaça à agressão física. A criação de grupos armados visava evidentemente uma acção de violência sistematizada que nada tem a ver com o «diálogo» que hoje o imperialismo afirma ter sido o Estado polaco a quebrar.

Os documentos apreendidos pela Milícia na sede do «Solidariedade», e divulgados pelo «Trybuna Ludu», órgão do Partido Operário Unificado Polaco (POUP) e pelo «Zolnier Wolnosci», contendo os planos para criar no país uma situação que permitisse o assalto ao poder e a destruição do Estado Socialista, incluem instruções muito claras de uso da violência: apontava-se para a multiplicação, a nível nacional, de manifestações armadas, o desencadear de actividades subversivas e terroristas, a organização de mais bandos armados e, por fim, o desencadear de uma verdadeira guerra civil.

Se a violência não atingiu estes limites, deve-se à acção oportuna do POUF e do Exército polaco e também, sem dúvida, a um outro factor: nos planos ultimados nas duas últimas reuniões do «Solidariedade», os seus promotores enganaram-se quanto ao seu poder, quanto à sua capacidade de mobilização. É evidente que uma situação

Eliminação das armas nucleares – objectivo da URSS

Na intensa actividade em prol da paz que é a tónica determinante da política externa soviética, destaca-se, como acção mais recente, a visita de Leonid Brejnev à RFA, visita que foi apreciada pelo Politburo do CC do PCUS, o Presidium do Soviète Supremo da URSS e o Conselho de Ministros da URSS, como particularmente útil e importante.

Este novo encontro soviético-ocidente-alemão constituiu não só um reforço nas relações bilaterais entre dois países – que pela sua localização geográfica e pela sua importância no panorama político mundial pesam de forma decisiva na preservação da paz na Europa e no mundo – como ainda uma oportunidade para a reafirmação da política soviética de paz e o avançar de novas e importantes propostas, com um objectivo essencial: a elaboração de um acordo mutuamente aceitável com a finalidade de definitivamente afastar o perigo de um conflito nuclear.

No fundamental, é o seguinte o sentido das novas propostas soviéticas: Primeiro, a União Soviética ampliou consideravelmente a sua anterior proposta relativa à moratória sobre a instalação de novos meios nucleares de médio alcance na Europa e a modernização dos existentes para o período das conversações sobre este tipo de armamento. Foi formulada a disposição da parte soviética, no caso de a outra parte também estar disposta a aceitar esta moratória, de reduzir unilateralmente uma determinada quantidade das suas armas nucleares de médio alcance na parte europeia da URSS, avançando para o nível mais baixo que a URSS e os EUA podem estabelecer no decorrer das conversações.

Segundo, foi sublinhada a disposição da URSS de exigir, nas conversações de Genebra, actualmente em curso, uma redução fundamental, por ambas as partes, dos meios nucleares de médio alcance, não da ordem das dezenas, mas de centenas de unidades. Naturalmente que neste contexto devem ser tidos em conta os meios de estacionamento avançados americanos, bem como os respectivos meios nucleares da Inglaterra e da França.

Terceiro, a URSS estaria disposta a chegar a acordo quanto à recusa completa por ambas as partes, o Ocidente e o Leste, de todos os tipos de armas nucleares de médio alcance apontadas contra os objectivos na Europa.

Mais ainda, Brejnev sublinhou que a União Soviética se manifesta pela eliminação total, na Europa, de todas as armas nucleares, quer de médio alcance, quer táticas.

Esta seria a verdadeira «opção zero», que não poderá nunca passar pelo desarmamento unilateral de uma das partes, que nada tem a ver com as tentativas necessariamente infrutíferas de conquista da superioridade militar insistentemente empreendidas pela Casa Branca. Antes se abre como a perspectiva de desarmamento total.

Uma perspectiva cuja concretização não é possível desde já, mas que propostas como a avançada por Leonid Brejnev em Hamburgo, tal como os encontros entre os dirigentes soviético e ocidente-alemão, tende a aproximar. Uma perspectiva que é o núcleo da política externa soviética.

Altas condecorações para L. Brejnev

No passado dia 18 foi assinalado na União Soviética, com uma cerimónia realizada no Kremlin, o 75.º aniversário do camarada Leonid Brejnev, secretário-geral do Partido Comunista da União Soviética e Chefe do Estado.

Brejnev entrou para a Juventude Comunista em 1923 e para o Partido Comunista em 1931, tendo participado na Grande Guerra Pátria. No pós-guerra assumiu o cargo de primeiro-secretário em diversos comités regionais. Em 1952 foi eleito para o Comité Central do PCUS. Em 1954 foi enviado para o Caquistão, onde dirigiu o desbravamento das «Terra Virgens». Após 1956 foi sucessivamente responsável pela indústria pesada, modernização das Forças Armadas soviéticas e pelo programa espacial. Entre 1960 e 1964 assumiu pela primeira vez o cargo de Chefe do Estado, que voltou a ocupar a partir de 1977.

Nas cerimónias realizadas no Kremlin participaram dirigentes da Bulgária, Hungria, República Democrática Alemã, Mongólia, Roménia e Checoslováquia.

Mikhail Suslov, membro do Bureau Político do PCUS, entregou a Brejnev a Ordem de Lênine e a Estrela de



Ouro de Herói da União Soviética. Idênticas condecorações lhe foram entregues pelos dirigentes dos países socialistas presentes.

O general Jaruzelski enviou da Polónia uma mensagem agradecendo a solidariedade da União Soviética à difícil situação que a Polónia atravessa.

A curta intervenção de Brejnev foi centrada na questão da paz – questão central para a qual tem dado uma valiosa contribuição. «Todas as nossas aspirações políticas e morais são subordinadas ao chamamento da paz», afirmou Brejnev, no que justamente pode ser considerado como a expressão do sentido da política externa soviética.

corde de contratos comerciais e dos fornecimentos de produtos alimentares à suspensão de créditos bancários.

E com estes apoios que a ingerência do imperialismo se concretiza. E deles que a contra-revolução se alimenta.

Há alguns dias, no nosso país, onde fracassaram as várias tentativas de mobilização contra a Polónia, as direcções dos Sindicatos dos Trabalhadores dos Transportes Fluviais e da Estiva desvincularam-se da decisão da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores Portuários de recusar a carga e descarga de navios polacos. Os trabalhadores destes sindicatos consideram tal tomada de posição da Federação «em completo desacordo com o silêncio que sempre foi mantido face a situações de extrema gravidade que se têm vindo a verificar no nosso país», estranhando simultaneamente que não tenha havido proposta semelhante para «a movimentação nos portos portugueses de material de guerra» ou para protestar contra os financiamentos «ao Chile fascista de Pinochet».

A rica experiência que temos vivido aqui em Portugal pode ajudar-nos a compreender o que se passa na Polónia, a ver mais claro mesmo quando a grande massa de «informação» visa confundir e adular factos. Os trabalhadores sabem que os interesses do imperialismo e dos povos não se podem conjugar. E que não é na Casa Branca que os interesses dos trabalhadores polacos serão defendidos.

«Mas há mais. Parece que o sr. Spasovskii tem medo. E para isso lá irá as suas razões. A verdade é que o asilo político é uma boa cobertura, neste caso, para a fuga à justiça do seu país. Um processo por graves crimes contra a Polónia pendente desde já sobre o ex-embaixador. Talvez isso possa vir esclarecer também um pouco dos fios da ingerência do imperialismo na Polónia. Porque para que a ingerência se concretize é preciso que alguém o permita. Não é por acaso que os últimos apelos à greve geral na Polónia partiram do exterior do país. E isto tem um nome: traição».

A traição dos que se colocam ao lado de um governo que ameaça a sua própria pátria com sanções diplomáticas e económicas que podem ir do

Trabalhadores

Poder de compra não é com o Governo?

Os trabalhadores da EDP, através das suas organizações representativas, reagem contra as tentativas de imposição do tecto salarial e contra as disposições 'AD' no sentido do desmembramento da empresa. «A reboque da política governamental, o conselho de gerência apresentou uma contraproposta de tabela salarial de 15 por cento, autêntica provocação às justas aspirações dos trabalhadores quanto à reposição do poder de compra perdido», sublinha num comunicado a Comissão Negociadora Sindical do Acordo de Empresa. Questões de ordem salarial estão ainda na base de conflitos que originam lutas na construção civil, têxteis, químicos, cristalaria, panificação, portos, Função Pública. Em empresas como o Metro, a Carris, Cambournac, Covina, Tabaqueira, Jotocar, RTP, SNAPA trata-se ainda, de um modo ou de outro, de questões da mesma ordem, que têm a ver com salários ou outras remunerações e postos de trabalho, questões que os respectivos gestores deixam deteriorar até desaguiarem na greve, de-

pois de esgotadas todas as vias do diálogo, normalmente abertas de um lado só: o lado dos trabalhadores e das suas organizações representativas nas empresas, nos sectores, no movimento sindical. A contratação civil anunciou para ontem, 22, uma greve de 24 horas em todo o território nacional. À cabeça do pré-aviso, aparece uma comissão negociadora sindical. O mesmo acontece em quase todas as empresas e sectores onde surgem conflitos. Os sindicatos unem-se para negociar, apresentam propostas, sugerem alternativas, aguardam contrapropostas, e acabam por deparar com as portas fechadas pelas associações patronais (quando as há) pelos conselhos de gerência, de gestão, de administração, ou idênticos, que continuam a esperar pelo benfazejo tecto AD, que os proteja já não só das negociações e da contratação colectiva, mas das próprias organizações legais dos trabalhadores. Assim é que os conflitos chegam ou se aproximam cada vez

em maior número e com maior adesão da greve e de outras formas de luta, sem que este Governo mova um dedo para obviar ao interesse público satisfazendo, como é por exemplo o caso do Metro e da Carris, as reivindicações realistas de muitos milhares de trabalhadores. Assim é também que o Governo tenta confundir a opinião pública lançando as culpas para as organizações dos trabalhadores, alegando mesmo situações inexistentes em termos de relações económicas e financeiras dentro das empresas, sabendo-as em alguns casos, procurando desmembrá-las, como é o caso mais recente da EDP e como já se viu relativamente à RN e a outras grandes nacionalizadas. Eis uma das razões pelas quais surge a coordenação das lutas — uma das razões por que a CGTP-IN, através do seu secretariado nacional, reunido em 16 e 17 do corrente pôde, nesta altura e entre outras questões (ver esta página) tomar a decisão de «contactar todas as associações sindicais representati-

vas não filiadas com o objectivo de discutir e encontrar formas de acção comum para combater as ameaças que pesam sobre os direitos e interesses dos trabalhadores para salvaguarda do regime democrático». O momento não é propício à divisão nem às formas como o divisionismo tenta actuar dentro do movimento sindical. Por isso o secretariado da CGTP-IN, ao discutir as questões relacionadas com a unidade e ao analisar as recentes acções de massas por todo o País, pode verificar «o acentuado isolamento e descrédito dos 'paralelos' da chamada UGT», e simultaneamente pode constatar como se instala cada vez mais na consciência dos trabalhadores a necessidade de unir mais fortemente ainda o movimento sindical, «para fazer face aos graves perigos que ameacem os seus direitos e interesses no presente momento, como ficou mais uma vez é claramente demonstrado nas manifestações de 12 de Dezembro», e o secretariado nacional da CGTP-IN assinalou.

Violento atentado contra o direito ao trabalho

Ao referir-se à «lei dos despedimentos», ou seja ao projecto AD 70/II, o secretariado nacional da CGTP-IN, na sua reunião de 16 e 17 do corrente, que foi motivo de um longo comunicado resumindo alguns aspectos da actividade da Central, afirma a dada altura que aquela proposta do Governo «constitui um violento atentado contra o direito ao trabalho e à segurança no emprego, visando transformar todos os trabalhadores em contratados a prazo, no sentido de aumentar os lucros do patronato e de reprimir militantes sindicais e activistas democráticos».

O secretariado que «manifesta a sua solidariedade a todos os trabalhadores em luta», na perspectiva de continuar a apoiar e a incentivar reivindicações sublinha que a «CGTP-IN recorrerá a todas as formas de luta necessárias para que os direitos e interesses dos trabalhadores sejam eficazmente defendidos». «Considerando que tal objectivo passa pela derrota da política do Governo e pela criação de condições para uma alternativa

democrática», o secretariado da Central decidiu «apresentar ao plenário, que se realiza no próximo dia 15 de Janeiro, uma proposta com vista a prosseguir e concretizar objectivos, tendo em conta o desenvolvimento da luta dos trabalhadores».

Intensificar a luta

O secretariado, que aprovou o projecto de orçamento e do plano de actividades da CGTP-IN para 1982, na forma em que será apresenta-

do àquele plenário em 15 de Janeiro, concluiu, nomeadamente, pela necessidade de intensificar a luta contra a liberalização dos despedimentos pretendida pela AD.

Nessa base, «as organizações de trabalhadores devem continuar a manifestar-se contra aquela proposta de lei (70/II) juntos dos órgãos do poder». Um dos meios será o «envio dos seus pareceres para a Comissão de Trabalho da Assembleia da República, já que a CGTP-IN conseguiu que o prazo de recepção desses pareceres fosse alargado até ao início de Janeiro».

As conclusões da reunião do secretariado nacional, que analisou, ainda, a situação político-sindical, o Orçamento Geral do Estado, as grandes opções de massas, põem nomeadamente em destaque «a necessidade de

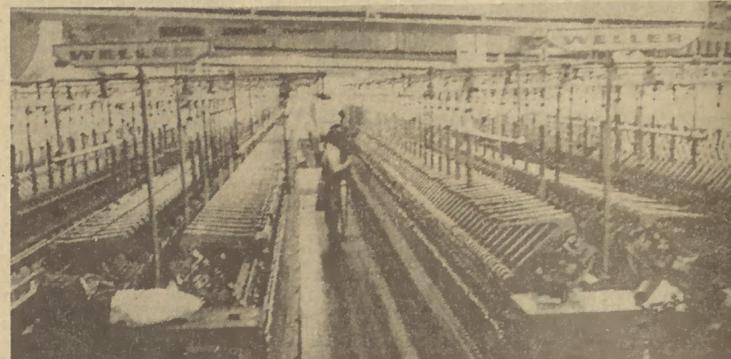
intensificar a intervenção dos trabalhadores e do seu movimento sindical no processo de revisão constitucional». Sublinha-se nas conclusões que enquanto a AD se mantiver no poder a actual Constituição não será respeitada.

O desemprego vai aumentar

Quando ao OGE e ao Plano para 1982, o secretariado recorda nomeadamente que a aplicação do Orçamento «resultará a extinção definitiva do já reduzido cabaz de compras e o aumento imediato dos preços dos produtos de primeira necessidade, bem como a redução do investimento com o consequente aumento do desemprego». Enquanto que o Plano «reflece a ausência de quaisquer perspectivas e a incapacidade do Governo

para enfrentar a grave crise económica e financeira do País», nesse mesmo Plano «AD» estão incluídas, ou pelo menos nele são anunciadas, «medidas extremamente lesivas para os trabalhadores» e para a economia em geral. Relativamente a «um problema extremamente grave como é o desemprego, o Plano para 1982 nem sequer aponta como objectivo a diminuição do elevado número de desempregados, o que significa que o desemprego vai aumentar», salientam ainda as conclusões da reunião do secretariado da CGTP-IN.

Ao analisar as recentes acções de massas e a unidade do movimento sindical, o documento com as conclusões refere ainda noutro passo que «estão criadas condições mais favoráveis para o desenvolvimento da luta dos trabalhadores».



7 perguntas sobre a Cambournac

Alvo da solidariedade justificada e geral, a luta dos trabalhadores da Cambournac, grande empresa do ramo da tinturaria e fição, onde recentemente foram detidas duas trabalhadoras, uma delas agredida durante uma greve de três semanas (as trabalhadoras julgadas foram absolvidas) tem passado por várias fases. Ultimamente circulavam listas para recolha de fundos e ia dar-se início a um pedido de géneros pois há fome entre as trabalhadoras em greve e as suas famílias.

Num comunicado subscrito em 16 de Novembro findo (a greve mais recente teve início no dia 6 do mesmo mês) pela Comissão Inter-sindical da empresa e pelos Sindicatos representativos faziam-se as seguintes 7 perguntas «a que a gerência não responde»:

1. Os herdeiros de Pedro Carrasqueiro Cambournac venderam à Sorefame, em Abril de 1981, os imóveis onde estava instalada a Fábrica Nacional de Tapeçaria. Qual foi, em termos concretos e rigorosos, a aplicação dada aos 44 000 000 de escudos que a transacção rendeu?

2. A Fição e Tinturaria Cambournac recebeu, em Maio de 1981, do Banco Nacional Ultramarino, Banco Espírito Santo e Comercial de Lisboa e Banco Pinto e Sottomayor um empréstimo de 12 500 000 escudos por conta do fundo de maneio, previsto no contrato de viabilização. Qual foi, em termos concretos e rigorosos, a aplicação dada a esse dinheiro?

3. Tendo a Fição e Tinturaria Cambournac recebido nos últimos meses os 12 500 000 escudos referidos e, ainda, matéria-prima no valor de 25 000 000 de escudos (nos termos do contrato com a Sorefame) e tendo já sido vendidos na quase totalidade os fios produzidos com essa matéria-prima, como é possível que a empresa nem sequer tenha conseguido pagar os salários?

4. Em Abril, fomos informados pelo sr. Armindo Cambournac que os 5 000 000 de escudos recebidos aquando da entrega da chave se destinavam em parte a liquidar as dívidas da Fábrica Nacional de Tapeçaria à Previdência. Como é possível, se assim foi, que meses depois, a Sorefame tenha vindo a reter 5 000 000 de escudos para pagar dívidas à Previdência?

5. A Cambournac celebrou com a RTI (a dita Radiotelevisão Independente, de que é administrador um dos membros do conselho de administração da empresa) um contrato para realização de filmes publicitários no valor de 1 357 000 escudos. A Cambournac terá celebrado outro contrato do mesmo valor para a realização de filme (s) publicitário (s) para a J. Delgado & Ca. A empresa aceitou (e já reformou) várias letras para liquidação deste(s) contrato(s). Qual a justificação técnico-económica e financeira para a celebração de tais contratos neste

momento e quais os benefícios práticos que, para a Cambournac, já resultaram destes contratos?

6. A Cambournac subalugou à RTI parte das instalações que esta ocupa no Porto por 16 000 escudos. A Cambournac não dá qualquer utilização às instalações referidas. A RTI parece que paga de renda os mesmos 16 000 escudos. Qual a justificação deste negócio?

7. A Cambournac tem vindo a dispendir centenas de contos por mês com remunerações a vários consultores, que nunca ou raramente vão à empresa e que, em alguns casos, não passam recibos. Qual a relação completa dos consultores que trabalham ou trabalharam para a empresa após a desintervenção? Quanto foi pago a cada um deles e a todos? Quais os benefícios que, para a empresa, resultaram da sua actividade?

Depois de fazerem estas perguntas a uma entidade que se atrase 16 meses no pagamento de salários, os sindicatos e a Comissão Intersindical recordam que «estão em perigo centenas de postos de trabalho e o ganha-pão de perto de 2000 pessoas».

Os donativos destinados às trabalhadoras em luta e às suas famílias podem ser entregues, segundo a Delegação dos Sindicatos de Mem Martins, na Junta de Freguesia do Cacém, naquela Delegação, ou ainda à Comissão Intersindical da Cambournac.

As classes trabalhadoras continuam a exigir a demissão do Governo AD

• Manifestações em Leiria, Alpiarça e outras localidades

Integradas nas acções de massas levadas a efeito por todo o País em 12 do corrente, a concentração em Alpiarça, a manifestação de Leiria, na sexta-feira e no sábado, bem como outras acções em outras localidades, continuaram a reunir muitos milhares de pessoas que exigiram a demissão do Governo.

Em Leiria, a manifestação convocada pelas organizações sindicais unitárias do distrito reuniu cerca de 10 mil pessoas que percorreram várias ruas da cidade, concentrando-se na praça Rodrigues Lobo para ouvir uma intervenção de um dirigente da CGTP-IN e outra de um representante sindical dos metalúrgicos e membro do secretariado da União dos Sindicatos de Leiria.

Na concentração de Alpiarça participaram cerca de 1500 pessoas que aprovaram uma moção. Depois de terem usado da palavra dois dirigentes sindicais — um pela CGTP-IN e outro pela organização distrital — «trabalhadores e demais população da zona de Alpiarça» declaram:

«Repudiar a actuação do Governo AD Balsemão/Amaral, no-

meadamente as medidas de extinção e de reprivatização de organismos públicos, imposição de impostos, política de redução do poder de compra, negação do direito constitucional de negociação colectiva, assim como a aplicação de leis antilaborais e a imposição de qualquer tecto salarial», medidas essas totalmente prejudiciais aos trabalhadores;

«Manifestar a sua determinação na defesa da Constituição e a sua discordância pela forma como no silêncio dos bastidores se estão a desprezar os sentimentos democráticos do povo português, impondo-lhes uma revisão inconstitucional e alheia aos resultados eleitorais obtidos;

«Exigir do Governo uma política nacional virada para a paz e a cooperação com todos os povos, rejeitando a política de submissão do País aos interesses do imperialismo, negociando a concessão de bases militares ao governo americano e o estacionamento de bases nucleares em Portugal;

«Reafirmar que a resolução dos problemas dos trabalhadores portugueses passa pelo afastamento deste Governo e desta política, tornando-se indispensável a sua substituição

por um Governo democrático e por uma nova política que defenda os ideais do 25 de Abril e cumpra a Constituição da República».

Efectuaram-se ainda manifestações e concentrações em Borba, Tramagal e Canas de Senhorim, além das referidas e das realizadas em cerca de 40 localidades no dia 12.

«Que ninguém se iluda, não haverá mudança que vingue contra ou sem os trabalhadores», advertiam entretanto as Uniões Sindicais e as comissões coordenadoras de outras organizações distritais de trabalhadores, designadamente, de Lisboa e de Setúbal, depois das manifestações de 12, 18 e 19 do corrente.



Saudando os trabalhadores, como fizeram as restantes estruturas organizadoras das acções de massas das últimas semanas, a União dos Sindicatos de Coimbra reafirmava, por seu turno, a rejeição deste Governo e desta política e também «que a luta não acabou» antes «vai continuar e cada vez com mais força, até que os grandes objectivos dos trabalhadores e do seu movimento sindical sejam conseguidos».

Acções no Porto

Para hoje, 23, a União dos Sindicatos do Porto convocou uma reunião geral de sindicatos. Saudando as dezenas de milhares de manifestantes que, ape-

sar da invernia, vieram à rua, no dia 12, na capital nortenha, a USP convoca aquela reunião para tratar da continuação e do desenvolvimento das lutas.

A luta dos caixeiros, dos trabalhadores do comércio do distrito do Porto ao longo dos últimos 90 anos era entretanto homogeneizada com uma sessão no seu Sindicato que completou recentemente 91 anos de labor. Um colóquio, uma exposição e uma homenagem a trabalhadores, muitos já reformados, incluindo alguns a quem o regime fascista privou dos seus direitos, fizeram parte da sessão assinalada pelas realidades sindicais de hoje naquela organização de classe quase centenária.

Ainda no Porto, enquanto os

interesses e aspirações, se insiram na luta mais geral dos trabalhadores portugueses, pela defesa da Constituição, contra o tecto salarial e por uma vida melhor».

Campanha em Tomar

«O agravamento da situação económica e financeira do nosso país atingiu em 1981 três elevados níveis que se prevêm a curto prazo graves e profundas roturas, que terão inevitáveis consequências nas condições de vida e de trabalho dos trabalhadores», recorda a União dos Sindicatos de Tomar num comunicado recente. Depois de um plenário distrital foi decidido, nomeadamente, «fazer uma grande campanha de esclarecimento junto dos trabalhadores e da população, para a defesa do regime democrático dos direitos, liberdades e garantias dos trabalhadores e do povo portugueses».

As operárias portuguesas e o «paraíso» da CEE

Muito têm os nossos (des) «governantes» falado na adesão de Portugal à CEE, como se a «adesão» fosse a varinha mágica da solução dos nossos graves problemas. Eles iludem-se e tentam enganar o povo português.

Como vão as coisas nos países da CEE, que os nossos (des) «governantes» clamam? O desemprego não tem parado de crescer: de Dezembro de 79 a Dezembro de 1980, o contingente de desempregados aumentou 1,7 milhões de pessoas, ou seja mais 21%.

Em Julho deste ano atingiu um novo record: um total de 9 milhões de desempre-

gados. As vítimas preferenciais do desemprego actual da CEE são as mulheres e os jovens: em 1979 a percentagem era para as mulheres de 6,9% contra 4,9% nos homens, sendo em Dezembro de 1980 de 8,3% contra 6,6%, respectivamente.

Em Portugal, mesmo sem «integração» e apesar do direito ao trabalho reconhecido constitucionalmente à mulher, as estatísticas oficiais de 1980 dizem que em cada 100 desempregados 85 são mulheres. É razão para perguntarmos: Quais são os «benefícios» que a CEE poderia trazer ao Povo português, particularmente

aos trabalhadores e à economia nacional?

Apenas um exemplo: se nos têxteis, onde predomina a mão-de-obra feminina, compararmos com os países do Mercado Comum os índices de produtividade, em Portugal são mais baixos três e quatro vezes em relação a aqueles países.

Esta baixa produtividade do sector tem como causas fundamentais as deficiências estruturais, entre as quais ressalta a reduzida dimensão da grande maioria das empresas, o parque industrial obsoleto de muitas delas e uma descapitalização bastante generalizada.

Em termos de dimensão, apenas cerca de 20 empresas têm mais de 1000 trabalhadores, o que, comparado com os chamados padrões «europeus» significa que em Portugal praticamente não existe a grande empresa. E se tivérmos em conta que pouco mais de 20 empresas asseguram cerca de 40% das nossas exportações, ficamos com a ideia da importante concentração e centralização da produção e do mercado num número restrito de empresas.

Cerca de metade da nossa produção têxtil é exportada, sendo cerca de 62% para a CEE e 23% para a EFTA. Dos países da CEE o nosso principal comprador é a Inglaterra que absorve me-

tade das exportações têxteis.

As nossas vendas para a CEE estão sujeitas ao regime de quotas com base num acordo de limitação negociado por nós em 1978 e que se deverá manter até 1982. Com base nesse acordo as nossas exportações têm um tratamento idêntico às dos países em vias de desenvolvimento signatários do «Acordo Multifibras».

Presentemente o sector têxtil nos países da CEE é um sector em crise, o que levou a que mais de 3500 empresas do sector tenham fechado.

Se juntarmos a tudo isto a já temida reestruturação «AD», tão falada para o sector têxtil, que em nome da modernização e da inovação tecnológica conduziria, se fosse aplicada, ao desemprego de cerca de 60 mil trabalhadores e à falência de 70% das empresas do sector — o que viria a ficar em causa era, afinal, a própria economia do País.

São estas ordens de razões, razões bastantes para dizermos: Não à CEE! Não à «AD»! Não ao seu Governo reaccionário! CEE? Não, muito obrigada, senhores governantes da «AD». Desemprego, sim, mas para os ministros do Governo Balsemão/ Freitas, que estão a mais na gestão do País.



CCTV/Imprensa e Agências Prevêm-se dificuldades

A mobilização, organização e unidade dos trabalhadores nas empresas e em conjunto nas suas organizações sindicais é uma tarefa imediata de todos e de cada um dos trabalhadores abrangidos pelo CCTV da Imprensa e Agências Noticiosas, afirma a Comissão Negociadora Sindical do sector. Acusando a contraproposta patronal de, nas tabelas salariais, referir apenas «um aumento salarial de 17,5 por cento sobre os mínimos contratuais», a CNS acrescenta, em comunicado de 18 do corrente, que o conteúdo daquele documento «faz prever dificuldades para a conclusão das pretensões dos trabalhadores consagradas na proposta sindical».

No que respeita às cláusulas que não envolvem salários e outras remunerações, o patronato — refere ainda a CNS — «ignora as propostas sindicais» e de um modo geral vai pela negativa, tentando «retirar ou limitar direitos e regalias dos trabalhadores».

No início das negociações, os Sindicatos, através da CNS, propuseram aos representantes dos patrões, ou seja às Associações da Imprensa Diária e Não Diária, que se desse «prioridade à discussão das tabelas salariais». Aqueles representantes não aceitaram. Assim a CNS «iniciou a discussão pelo clausurado». Teve em conta a não criação de impasse. Todavia não deixou de sublinhar perante as entidades patronais a necessidade de se começar o mais brevemente possível «a discussão e definição da matéria de retribuição do trabalho».

Nas negociações iniciadas em 17 do corrente com os representantes do patronato já foram retiradas, por acordo, «algumas propostas patronais de carácter duvidoso ou negativo, mantendo-se nessas casos o que está em vigor no actual Contrato Colectivo de Trabalho (CCTV) Vertical».

Aumentos AD nos Transportes

«Valores que mostram de uma forma clara o que é a política AD» são os aumentos nos transportes públicos. Segundo uma nota do Organismo de Direcção do Sector, os aumentos dos passes sociais em 55 por cento; dos bilhetes da Carris e da RN em 100 por cento; dos bilhetes da CP e da Transtejo em 90 por cento agravam-se ainda através da «intenção já manifestada de trimestralmente aumentar os preços dos transportes». As percentagens indicadas na nota daquele Organismo do PCP são médias e têm por base as tarifas de 31 de Dezembro de 1980, isto é relativas aos últimos 12 meses, «se vierem a confirmar-se os aumentos agora anunciados» especifica a nota do ODSST da DORL do PCP.